

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA
MESTRADO

MICHELLE FRANÇA DOURADO NETO PIRES

Autoconsciência, Empatia e Comportamento Prosocial na infância

Recife – PE

2015

MICHELLE FRANÇA DOURADO NETO PIRES

Autoconsciência, Empatia e Comportamento Prosocial na infância

Dissertação submetida ao programa de pós graduação em Psicologia Cognitiva – UFPE como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Desenvolvimento Cognitivo.

Orientadores:

Prof. Dr. Alexsandro Medeiros do Nascimento (Orientador)

Prof. Dr. Leonardo Rodrigues Sampaio (Co-orientador)

Recife – PE

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecário, Divonete Tenório Ferraz Gominho CRB4-985

P667a Pires, Michelle França Dourado Neto.
Autoconsciência, empatia e comportamento pró-social na infância /
Michelle França Dourado Neto Pires. – Recife: O autor, 2015.
84 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Medeiros do Nascimento .
Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Rodrigues Sampaio.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH.
Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, 2015.
Inclui referências e anexos.

1. Psicologia cognitiva. 2. Autoconsciência. 3. Comportamento social.
4. Empatia. I. Nascimento, Alexandre Medeiros do. I. (Orientador). II.
Sampaio, Leonardo Rodrigues. (Coorientador). III. Título.

153 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-29)



ATA DA **296ª** DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, NO DIA **20 DE FEVEREIRO DE 2015**.

Aos **20** (vinte) dias do mês de **fevereiro de dois mil e quinze** (2015), às 15h30 horas, na Sala de Aula 01 do 8º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas-CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da Dissertação de Mestrado intitulada “Autoconsciência, Empatia e Comportamento Prosocial na Infância” da aluna **MICHELLE FRANÇA DOURADO NETO PIRES**, na área de concentração Psicologia Cognitiva, sob a orientação do Prof. Dr. Alessandro Medeiros do Nascimento. A mestranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de MESTRA em Psicologia Cognitiva. A Banca Examinadora foi indicada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva em sua 1ª Reunião Ordinária/2015 e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.005356/2015-46 em 05 (cinco) de fevereiro de dois mil e quinze (2015), composta pelos Professores Doutores ALEXSANDRO MEDEIROS DO NASCIMENTO (Presidente e 1º Orientador), ESTEFÂNIA ELIDA DA SILVA GUSMÃO (Examinador Externo, Dep. de Psicologia/UFPE) e ANA KARINA MOUTINHO LIMA (Examinador Interno). Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguída pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder à mesma a menção **APROVADA** da referida Dissertação. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Secretária de Pós-Graduação, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 20 de fevereiro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. ALEXSANDRO MEDEIROS DO NASCIMENTO

Profa. ESTEFÂNIA ELIDA DA SILVA GUSMÃO

Profa. ANA KARINA MOUTINHO LIMA

AGRADECIMENTOS

Ao meu **Deus**, porque dEle procede toda a fonte de Sabedoria. Por ter me ajudado nessa caminhada, sendo o meu auxílio e em quem eu encontrava paz diariamente.

Aos meus pais, **Adélia e José**, por terem me incentivado a lutar pelos meus sonhos e por serem minha fonte de inspiração.

Ao meu futuro esposo, **Filipe**, por me dar total apoio, por ser paciente comigo e por me fazer sorrir quando eu mais precisei.

Aos meus irmãos, **Maria Eduarda e Lucas**, por serem presentes mesmo estando tão distantes fisicamente.

Aos meus amados Avós, **Adailton e Terezinha**, por acreditarem em mim.

Aos meus queridos tios, **Agenor, Fátima e Stoessel**, que me deram tanto carinho e palavras encorajadoras.

Aos meus futuros sogros, **Amauri e Iracema**, por todo carinho demonstrado por mim e por me proporcionarem bons momentos.

Às minhas queridas amigas, **Edna, Kettily, Denise, Ilka, Paloma, Naiara** que me motivaram e me fizeram acreditar que os meus sonhos podem se tornar realidade.

Ao meu orientador, **Alexsandro**, pela paciência e por me capacitar a avançar nessa trajetória.

Ao meu primeiro e ainda orientador, **Leonardo Sampaio**, por estar sempre disposto a me ajudar e por ser um exemplo de pesquisador.

Ao professor **Antônio Roazzi**, pela sua disponibilidade e seus conhecimentos em análise de dados que muito me ajudaram.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, que me fizeram ter uma compreensão mais ampla a respeito da cognição humana.

Aos colegas de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia cognitiva e do Laboratório de Desenvolvimento, Aprendizagem e Processos Psicossociais (LDAPP), por todas as discussões que aprimoraram meu conhecimento.

Às funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, **Vera Amélia, Vera Lúcia e Elaine**, por me tratar de maneira gentil e pela eficácia.

Meus sinceros agradecimentos.

Pires, M. F. D. N. (2015). Autoconsciência, Empatia e Comportamento Prosocial na infância. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RESUMO

O desenvolvimento da autoconsciência é considerado como um grande marco no desenvolvimento humano, pois permite que o indivíduo consiga se diferenciar das outras pessoas. Esse senso de diferenciação do self é supostamente apontado como estando entrelaçado ao desenvolvimento da empatia. Além disso, no estado autoconsciente o sujeito é capaz de acessar mais facilmente os padrões de correção que regulamentam a vida em sociedade. Desse modo, o presente estudo possuiu como objetivo principal verificar as possíveis relações entre Autoconsciência, Comportamento Pró-social e Empatia durante a infância, além de verificar como o sexo e a idade afetam cada uma dessas variáveis. Participaram desta pesquisa 70 crianças, entre 5 e 10 anos, estudantes de duas escolas particulares na cidade de Petrolina-PE. Para alcançar os objetivos da presente pesquisa, foram utilizados três instrumentos, os quais foram: uma tarefa com o uso de espelhos para medir Autoconsciência, o jogo ditatorial para mensurar Comportamento pró-social, e duas historinhas com o uso de figuras para medir empatia. Os dados provenientes desse estudo, por sua vez, foram analisados através de análises não-paramétricas, bem como de análises escalonares multidimensionais. Os resultados de modo geral, demonstraram que o sexo não exerce influência em relação ao comportamento pró-social e empatia. Por outro lado, foi encontrado que quanto maior a idade maior o nível de empatia, de autoconsciência e maior a emissão de comportamento pró-social. Por fim, foi verificada uma correlação positiva entre empatia e autoconsciência, indicando que a medida que a autoconsciência aumenta ocorre também um crescimento na empatia. Esses resultados são discutidos frente às teorias de Duval e Wicklund, Eisenberg, e Hoffman e à revisão de literatura pertinente a cada um desses constructos.

Palavras-chave: autoconsciência; comportamento pró-social; empatia; desenvolvimento.

Pires, M. F. D. N. (2015). Self-awareness, Empathy and Prosocial Behavior in childhood. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ABSTRACT

Self-awareness development is considered a key of human development, to allow an individual to be able to differentiate himself from others. This sense of differentiation from oneself is supposedly appointed as being intercrossed to empathy development. Furthermore, at self-awareness state the subject is able to access more easily the standards of correction that regulates social life. Thereby, this study has as the main aim to verify the possible relations between Self-awareness, Prosocial behavior and empathy during infancy, as well as verifying how the sex and age affect each one of these variables. The participants in this research were 70 children, between 5 and 10 years old, students of two private schools in the city of Petrolina, PE. In order to achieve the aims of this research, three instruments were utilized, they were: a task with mirrors usage to measure Self-awareness, a dictation game to measure Prosocial behavior and two stories with illustrations to measure empathy. Data from this study was analyzed by Non-parametric analysis such as multidimensional scaling analysis. The results, altogether, show that sex does not prosecute influence relation to self-awareness, prosocial behavior, and empathy. On the other hand, it was found that the higher the age, the higher the empathy and self-awareness, and the emission of prosocial behavior. Ultimately, a positive correlation between empathy and self-awareness was verified, indicating that the more self-awareness increases, an increase on empathy occurs. These results are discussed on Duval and Wicklund, Eisenberg, and Hoffman theories support and the pertinent to which one construct literature review support.

Key words: Self-awareness, Prosocial behavior, Empathy, Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Nível das autoconsciências de acordo com a idade.....	51
Figura 2. Porcentagem da emissão do comportamento pró-social de acordo com a idade.....	52
Figura 3. Empatia de acordo com a idade.....	53
Figura 4. SSA das dimensões da Empatia tendo-se como variáveis externas autoconsciência, comportamento pró-social, idade e sexo.....	55
Figura 5. SSA das relações entre Autoconsciência, Comportamento pró-social e Empatia tendo-se como variáveis externas idade e sexo.....	57

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. AUTOCONSCIÊNCIA.....	12
2.1 Autoconsciência Pública e Privada.....	15
2.2 Desenvolvimento da Autoconsciência em crianças.....	18
2.3 Maneiras de disparar e mensurar Autoconsciência.....	19
2.4 O papel das normas de correção e a Autoconsciência.....	20
3. COMPORTAMENTO PRÓ-SOCIAL.....	23
3.1 Evidências Empíricas da relação entre Comportamento Pró-social e Empatia.....	29
3.2 Maneiras de mensurar comportamento pró-social.....	32
4. EMPATIA.....	33
4.1 Teoria de Hoffman.....	35
4.2 Relações entre Empatia e Autoconsciência.....	38
4.3 Maneiras de mensurar a Empatia.....	39
4.4 Estudos empíricos em crianças.....	41
5. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	44
6.HIPÓTESES.....	45
7. OBJETIVOS.....	45
8. MÉTODO.....	46
8.1 Amostra.....	46
8.2 Instrumentos.....	46
8.3 Procedimentos.....	47
8.4 Análise de dados.....	48
8.5 Considerações éticas.....	49
9. RESULTADOS.....	50
9.1 Autoconsciência.....	50
9.2 Comportamento Pró-social.....	51
9.3 Empatia.....	52
9.4 Relações entre Autoconsciência, Empatia e Comportamento Pró-social.....	56
10. DISCUSSÃO.....	58
10.1 Autoconsciência.....	58
10.2 Empatia.....	61

10.3 Comportamento Pró-social.....	62
10.4 Relações entre Autoconsciência, Comportamento Pró-social e Empatia.....	63
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	69
ANEXOS.....	76
ANEXO A.....	77
ANEXO B.....	80
ANEXO C.....	83

1. Introdução

A autoconsciência é considerada como um marco fundamental no desenvolvimento humano, pois ela possibilita a diferenciação do indivíduo em relação a outras pessoas. Se não existisse o senso de distinção entre “eu e o outro” não seria possível a interação entre os indivíduos, não existiria a sensibilidade ao que o outro sente e pensa. Por essas razões a autoconsciência é apontada como fundamental para a cognição social e a interação humana (Ross, Anderson & Campbell, 2011).

Essa capacidade de reconhecer a si mesmo enquanto ser social se desenvolve em torno do segundo ano de vida, e uma das evidências que demonstram que o indivíduo desenvolveu a autoconsciência, ainda que essa ocorrendo de modo rudimentar, é o reconhecimento da sua própria imagem no espelho (Rochat, 2003).

Desde os estudos mais elementares sobre a autoconsciência, os espelhos têm sido utilizados para mensurá-la. O uso do espelho é eficaz porque proporciona um estado em que o sujeito se reconhece como objeto e foca a sua atenção em si mesmo. (Ross, Anderson & Campbell, 2011).

No primeiros anos de vida, quando o indivíduo se observa no espelho ele tem conhecimento de aspectos relacionados a como ele é visto pelos outros, se voltando mais para as suas características públicas. Com o passar do tempo o sujeito consegue ter conhecimento sobre seus aspectos internos e implícitos, e tem consciência de que seus pensamentos, sentimentos, julgamentos, entre outros são diferentes dos de outras pessoas (Morin, 2006).

Esse processo de diferenciação do self é assinalado como estando entrelaçado ao desenvolvimento da Empatia (Hoffman, 2000), dessa maneira quando o sujeito tem consciência a respeito dos seus próprios sentimentos, pensamentos e emoções, ele consegue compreender melhor o outro e se comportar de modo favorável a situação da outra pessoa.

A compreensão e sensibilização em relação ao estado de sofrimento do outro é essencial para a vida em sociedade. Desse modo, Hoffman (2000) aponta que a empatia torna o sujeito capaz de despertar o interesse por outras pessoas, e ser motivado a se comportar para ajudar o outro.

Além de estar relacionada com o desenvolvimento da empatia, a autoconsciência se relaciona com aspectos referentes a moralidade. Duval e Wicklund (1972) afirmam que no estado autoconsciente o sujeito acessa os padrões de correção que são considerados corretos dentro da sua cultura, e compara o seu comportamento real com os padrões de correção. Se existir uma discrepância entre eles, um estado afetivo negativo é gerado levando o sujeito a se comportar de maneira consistente com os padrões de correção.

O comportamento pró-social é considerado como um tipo de ação moralmente correta que possibilita a existência de boas relações sociais, e promove o bem estar do outro (Carlo, 2006). As condutas

de ajuda, doação, compartilhar e confortar são caracterizadas como ações que beneficiam o outro, sendo portanto classificadas como comportamentos pró-sociais (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Diversos fatores podem exercer influência na emissão dos comportamentos pró-sociais, destacando-se os biológicos, ambientais, afetivos e cognitivos. A empatia é apontada como o fator afetivo que motiva o comportamento pró-social, levando o sujeito a se comportar com o objetivo final de proporcionar o bem estar de outra pessoa, não sendo motivado por interesses egoístas.

A presente pesquisa se insere na tentativa de explorar empiricamente quais tipos de relações se estabelecem entre a autoconsciência, a empatia e o comportamento pró-social durante a infância e descrever a estrutura das relações entre estes construtos. Justifica-se a necessidade do presente estudo devido a existência de um aparato teórico que permite supor a existência de tais relações, no entanto, existe uma escassez de estudos que busquem verificar empiricamente.

2. Autoconsciência

A autoconsciência objetiva, ou seja, a capacidade de manter o foco da atenção em si mesmo, tem sido investigada por diversos autores (Duval & Wicklund, 1972; Morin, 2002, 2006; Nascimento, 2008; Nascimento & Roazzi, 2013). A relevância de estudar tal construto se mostra em múltiplos aspectos, tais como: tornar possível o reconhecimento de diferentes perspectivas, aumentar o autocontrole, favorecer a realização criativa (Silva & O' Brien, 2004); facilitar a adesão às normas que são socialmente desejáveis (Ross, Anderson & Campbell, 2011).

A primeira teoria sobre autoconsciência foi desenvolvida por Duval e Wicklund (1972), esses autores acreditam que em seus estados de consciência o sujeito pode direcionar a sua atenção para o ambiente ou para si mesmo. Quando a atenção é direcionada para aspectos do ambiente é denominada de autoconsciência subjetiva, na qual o sujeito é a fonte da ação, por outro lado, quando o sujeito direciona a atenção para si mesmo, esse estado é denominado de autoconsciência objetiva, pois o sujeito é o objeto de sua própria atenção. Esses dois estados da consciência não podem acontecer ao mesmo tempo.

Uma das principais diferenças entre os estados da autoconsciência subjetiva e a objetiva, se trata da auto-avaliação, a qual somente pode ocorrer no estado em que o indivíduo está objetivamente autoconsciente. Essa noção de auto-avaliação é relacionada com as representações de regras corretas que cada pessoa possui, as quais tornam possível o sujeito comparar as suas crenças, seus comportamentos, seus julgamentos, entre outros aspectos do self com os padrões considerados corretos dentro da sua cultura (Duval & Wicklund, 1972).

Um dos autores que apoia seus estudos com base na teoria desenvolvida por Duval e Wicklund (1972) é Alan Morin (1990, 1991, 1993, 2004, 2005), o qual tem dedicado suas pesquisas para estudar os mediadores cognitivos da autoconsciência. Para ele existiriam três tipos de mediadores que disparam a autoconsciência os quais seriam: O meio social, meio físico e o Self. Os seus trabalhos também trazem discussões sobre as teorias que vem sendo desenvolvidas sobre os níveis da consciência e se referem a autoconsciência como um desses níveis. Morin (2002) define a autoconsciência como uma forma de consciência superior que torna o indivíduo capaz de ser ele o objeto de sua própria atenção e assim reconhecer a sua própria existência.

Gomes e Teixeira (1996) se referem à autoconsciência como a mobilidade e intensificação do foco da atenção sobre os aspectos de si mesmo. Outros autores como Rochat (2003) entendem a autoconsciência como o estado em que o indivíduo se torna consciente de si como entidade diferenciada e única no mundo. Silva e O'Brien (2004) definem a autoconsciência como a capacidade para manter o foco da atenção em si mesmo e assim ocorrer a auto-avaliação.

Como pode ser observado, existem diversas definições sobre a autoconsciência, porém parece que todas convergem no fato do indivíduo ser o foco da sua própria atenção. Por outro lado, no que diz respeito à consciência, sendo esta apontada como muito difícil de ser definida, existem divergentes definições e diferentes noções sobre seus níveis. Segundo Morin (2004) tal complexidade ocorre porque alguns autores têm adicionado noções como: "meta", "reflexo", "núcleo", "ampliada", "mínimo" ou consciência "recursiva" dificultando ainda mais a compreensão a respeito da consciência. Além disso, têm sido formulados muitos modelos teóricos sobre a consciência, no entanto, os autores antes de desenvolverem seus modelos não recorrem aos que já existem e acabam denominando como algo novo um conceito que já vem sendo estudado, porém com outra denominação (Morin, 2004).

A quantidade de estudos sobre a consciência, e o interesse por esse tema tem crescido muito rapidamente. Modelos teóricos recentes têm usado diferentes terminologias para descrever os níveis da consciência, dentre estes modelos está o que Morin (2004) define de modelo “social / personalidade”, este autor propõe a existência de níveis da consciência que vão avançando desde os mais simples ao mais complexos. O estado de inconsciência seria designado como um estado em que não ocorre processamento de informações, exemplos de situações nas quais as pessoas se encontram inconscientes seriam o sujeito no estado de coma, ou quando está dormindo.

Segundo Morin (2004, 2006) para estar consciente de algo, ou seja, para direcionar a atenção para si mesmo ou para o ambiente, é preciso estar acordado. No estado de consciência existe possibilidade de processamento de informações, a pessoa reage aos estímulos do ambiente, experimenta as coisas do mundo externo tais como sensações, percepções, pensamentos, porém não está ciente de que estão ocorrendo processamentos mentais. Nessa direção, os animais também teriam consciência, pois eles também vivenciam experiências, de maneira irrefletida, com o meio (Morin, 2004).

O outro nível de consciência é denominado de autoconsciência, de acordo com o modelo “social / personalidade” exposto por Morin (2004) seria quando o sujeito foca sua atenção em seus próprios aspectos internos e não no meio externo, e se torna objeto de sua própria atenção.

Quando a pessoa está autoconsciente ela pode focar em seus aspectos públicos ou privados. Os aspectos públicos são aqueles que são visíveis aos outros, como a aparência e comportamentos. Os aspectos privados são aqueles que os outros não podem observar, porque eles acontecem em âmbito privado na própria pessoa, tais como: a emoção, pensamentos, valores, objetivos. Os aspectos da autoconsciência privada representariam um nível mais elevado de autoconsciência do que quando as pessoas estão focadas em aspectos observáveis por outras pessoas (autoconsciência pública) (Morin, 2004). O último nível da consciência, ainda segundo o modelo “social / personalidade”, é denominado de meta-consciência, que se refere ao fato da pessoa ter consciência de que está autoconsciente (Morin, 2004).

Segundo Kihlstrom e Klein (1997), o self se refere as representações mentais que o sujeito possui de si mesmo, essas representações são envolvidas pelo conhecimento dos aspectos que constituem o indivíduo. Dentro dessa linha de pensamento, a psicologia cognitiva afirma que o self seria um conjunto diversificado, no qual, o indivíduo pode ser de determinada maneira em um contexto e de outra maneira quando estiver em uma outra situação (Kihlstrom & Klein, 1997).

Além disso, para a Psicologia cognitiva o self é visto como narrativo, no qual o sujeito é constituído por relatar e recriar as suas histórias. Por fim, o self pode ser visto como uma imagem, no qual é baseado nas representações de percepções, e pode ser visto como uma rede associativa, na qual o sujeito baseia seu auto-conhecimento nos traços abstratos e experiências específicas (Kihlstrom & Klein, 1997).

A autoconsciência desempenha um importante papel na estrutura do self, primeiramente no que se refere a distinção entre o eu e o outro, pois para que o sujeito seja capaz de se diferenciar de outra pessoa é necessário que ele esteja consciente em relação as fronteiras que pertencem a seu próprio corpo e a aquelas que fazem parte do ambiente. Esses aspectos que fazem parte da constituição do self são denominados de “*foco no corpo*” (Buss, 2001).

Outro elemento que faz parte da composição do self é a auto-estima, e se refere a um componente avaliativo do self. Esse artefato do self envolve diversas questões relacionadas a como o indivíduo se sente em relação ao seu comportamento, expectativas, entre outros aspectos (Buss, 2001).

A identidade se refere a mais um elemento do self, e diz respeito aos questionamentos que o sujeito faz sobre quem ele é, e nesse momento ele pode se identificar com determinados grupos, e se conscientizar de qual grupo ético ele pertence (Buss, 2001).

A autoconsciência se constitui também como um componente do self, e se refere ao estado em que o sujeito reflete sobre seus aspectos internos, como sentimentos, julgamentos, fantasias, entre outros. Existem ainda outros elementos que compõem o self sendo eles: *Constrangimento, vergonha e culpa, autoconceitos e auto-esquemas*. Em todos esses componentes a autoconsciência desempenha o importante papel de tornar o sujeito consciente de si mesmo em relação ao outro (Buss, 2001).

É importante destacar que existem dois tipos de self, o mais rudimentar e primitivo que é compartilhado entre os humanos e os animais e o self avançado que é único das crianças mais velhas e dos adultos. Nos humanos o self primitivo se desenvolve durante a infância, e o primeiro aspecto que surge é o senso de distinção entre o que é o eu e o que não é, ocorrendo neste momento a delimitação da fronteira entre o que pertence ao corpo do sujeito e o que não pertence. O último aspecto do self primitivo que surge é o autoreconhecimento no espelho, isso ocorre em torno do segundo ano de vida da criança, e se constitui como o ápice do desenvolvimento primitivo do self (Buss, 2001).

O self avançado possui como principal aspecto o fato do sujeito poder se reconhecer ao longo do tempo, esse componente é chamado de memória autobiográfica. Desse modo, o indivíduo é capaz de fazer

relações entre o self presente e o self passado, além de poder ter consciência da discrepância entre seu self privado e seu self público (Buss, 2001).

Outros autores tem abordado questões referentes a autoconsciência, Sedikides e Skowronski (1997), apontam para a existência de três tipos de autoconsciência: Autoconsciência subjetiva, Autoconsciência objetiva e a Autoconsciência simbólica. As duas primeiras são baseadas no modelo desenvolvido por Duval e Wicklund (1972) e a terceira é considerada como consequência da adaptação.

A autoconsciência subjetiva, segundo Sedikides e Skowronski (1997), se refere a capacidade do organismo de se distinguir dos meios físico e social que o envolve, esse tipo de autoconsciência está presente em todos os seres vivos, e permite que o indivíduo se autoregule, perceba o mundo e responda aos estímulos do ambiente.

A autoconsciência objetiva, se refere a capacidade do sujeito de ser o alvo da sua própria atenção, e nesse estado os aspectos internos do self se tornam conscientes para o indivíduo (Duval & Wicklund, 1972). Esse tipo de autoconsciência requer uma representação cognitiva primitiva do self, sendo portanto necessário que o organismo se reconheça, ainda que esse reconhecimento ocorra de maneira rudimentar.

A autoconsciência simbólica se refere a uma capacidade exclusiva dos seres humanos adultos, através dela é possível formar representações cognitivas abstratas, com o uso da linguagem, essa representação formada é chamada de *Self simbólico*. Além disso, é possível ocorrer a comunicação do self simbólico entre os indivíduos, colaborando para o estabelecimento de relações sociais (Sedikides & Skowronski, 1997).

O conteúdo do self simbólico é dinâmico, e varia de acordo com a cultura que o sujeito está inserido, com a história de vida, e os meios sociais. Por outro lado, a estrutura do self simbólico tem sido apontada como relativamente estável, e que persiste ao longo do tempo, mesmo sendo constituída por diversos aspectos do self (Sedikides & Skowronski, 1997).

Pode-se destacar algumas das principais funções do self simbólico, entre elas estão : regular as funções cognitiva, afetiva, comportamental e motivacional ; desempenhar um importante papel no processamento de informação e afetar a maneira como alguém percebe e julga o outro. Desse modo, é possível observar a sua importância adaptativa, pois o self simbólico está relacionado com os aspectos que possibilitam a sobrevivência do indivíduo em sociedade (Sedikides & Skowronski, 1997).

2.1 Autoconsciência Pública e Privada

No estado em que o sujeito direciona a atenção para o self, ou seja, na condição autoconsciente, ele pode focar em diferentes aspectos de si mesmo. Quando o indivíduo se volta para pensar sobre seus

processos mentais, seus sentimentos, suas crenças, seus julgamentos, seus valores, isto é, aquilo não pode ser visto pelos outros, esse estado se refere a autoconsciência privada (Morin, 2006). Por outro lado, quando o sujeito foca em aspectos os quais são qualidades do self formadas por impressões das outras pessoas, sendo portanto, visíveis para os outros, tais como: comportamentos, aparência física, e manias, essa condição se refere a autoconsciência pública (Scheier e Carver 1985).

Para verificar empiricamente essas diferenças individuais da autoconsciência pública e privada, Fenigstein, Scheier e Buss (1975) criaram um questionário com 23 itens, para adultos. Nessa escala item como: “Eu reflito muito sobre mim” se referia a autoconsciência privada, pois alude ao processo de pensar sobre seus próprios processos mentais. Por outro lado, item como: “Eu sou muito preocupado com a forma que eu me apresento”, se referia a autoconsciência pública, pois demonstra a apreensão de como o indivíduo, enquanto objeto social, é visto pelo outro. A escala possui três fatores: Autoconsciência pública, autoconsciência privada e ansiedade social, este último se refere a um tipo de reação particular devido ao sujeito focar em aspectos públicos do self, gerando uma ansiedade no sujeito em relação a como ele é visto e avaliados pelos outros. Essa escala foi utilizada apenas em universitários.

Scheier e Carver (1985) com o objetivo de aplicar o mesmo questionário utilizado por Fenigstein, Scheier e Buss (1975) na população em geral, modificaram 15 itens provenientes da escala original, pois algumas palavras não eram bem compreendidas pela população não universitária. A nova escala consistiu num instrumento com 22 itens, e as respostas do sujeito em cada item poderia variar desde 3 - Muito parecido comigo, até 0 - De modo nenhum parecido comigo. Os resultados indicaram que os novos itens continuavam medindo bem a autoconsciência pública e privada. No entanto, a aplicação dessa escala continuou restrita apenas a população adulta, não sendo possível de ser aplicada em jovens ou crianças, por conter expressões que são muito abstratas e difíceis de serem compreendidas pelas crianças ou adolescentes.

Além de questionários para medir autoconsciência pública e privada, Buss (1980), sugere que o uso de espelhos de diferentes tamanhos também são eficazes para disparar autoconsciência pública e privada. Os espelhos pequenos induzem um estado de autoconsciência privada, enquanto os espelhos maiores levam a um estado de autoconsciência pública.

Tendo como base tal afirmação, Baldwin e Holmes (1987) desenvolveram seu estudo, com o objetivo de observar se, quando uma audiência privada é feita saliente, a autoconsciência privada iria influenciar na maneira das pessoas julgarem. Para alcançar os objetivos do estudo, foi solicitado a metade dos participantes para imaginar um colega de faculdade, e a outra metade para pensar numa pessoa mais velha da sua família. Além disso, metade da amostra estaria na condição de autoconsciência privada, através do uso de um espelho pequeno, e a outra metade na condição não autoconsciente. Após esse

momento, os participantes escutavam uma história sobre um sonho sexual, e era solicitado que julgassem tal relato.

Os achados demonstraram que os participantes tendiam a avaliar a história de uma forma que seria mais aceitável à sua audiência privada (colegas de faculdade ou membro mais velho da família), e esse efeito foi acentuado quando os indivíduos estavam autoconscientes pela presença do espelho pequeno. Esses dados sugerem que o espelho pequeno é eficaz para disparar autoconsciência privada, e que no estado autoconsciente o sujeito tende a ajustar seus julgamentos de acordo com o que é mais aceitável para a outra pessoa.

Hofmann e Heinrichs (2006) com o objetivo de verificar a influência da manipulação de espelho em pacientes com fobia social generalizada e não generalizada, utilizou um espelho largo para disparar aspectos da autoconsciência pública. Metade da amostra realizou a tarefa na presença do espelho e a outra metade na ausência.

A tarefa consistia na pessoa relatar três aspectos positivos e três aspectos negativos sobre si, as respostas eram categorizadas em: aparência corporal, competência, e características pessoais socialmente relevantes e socialmente não relevantes. Os resultados apontaram que a exposição ao espelho exerceu uma forte influência nos relatos dos pacientes com fobia social generalizada, os quais relatavam mais sobre sua aparência corporal de maneira positiva e negativa. Esses dados sugerem que na presença de um espelho grande, os pacientes com fobia social generalizada, relatavam mais sobre seus aspectos públicos.

Os achados dessas pesquisas são interessantes, pois demonstram empiricamente que o espelho pequeno é eficaz para proporcionar um estado de autoconsciência privada e os espelhos grandes para disparar um estado de autoconsciência pública. Tendo em vista tal eficácia, e a facilidade de manusear espelhos em pesquisas com qualquer faixa etária, incluindo crianças, é que a presente pesquisa fez uso de dois espelhos com tamanhos diferentes, objetivando disparar autoconsciência pública e privada e a partir dos relatos observar qual dos dois tipos de autoconsciência prevalece nas crianças ao longo dos 5 a 10 anos de idade.

Os estudos notificados deixam ainda por esclarecer o desenvolvimento da autoconsciência ao longo da infância, pois não existem estudos que exploram em que momento ocorre a diferenciação das autoconsciências pública e privada. Além disso, há uma escassez de estudos que buscam verificar os modos distintos de autofocalização, como a ruminação e reflexão, propostas em 1999 por Trapnell e Campbell, e investigada empiricamente em adultos até o presente (Nascimento, 2008; Nascimento & Roazzi, 2013; Zanon & Teixeira, 2006), ainda sem estudos relatados com crianças. O presente estudo possui como um dos seus objetivos verificar em que momento da infância ocorre a diferenciação entre autoconsciência pública e privada.

2.2 Desenvolvimento da Autoconsciência em crianças

Rochat (2003) afirma que o desenvolvimento da autoconsciência se refere a um processo dinâmico e contínuo. Esse autor assegura a existência de cinco níveis no desenvolvimento da autoconsciência, baseando suas conclusões a partir da relação da pessoa com a sua imagem no espelho. O nível 0, é descrito como o estado em que não existe autoconsciência, neste momento o indivíduo não reconhece o espelho como um objeto de reflexão mas como uma extensão do mundo, um exemplo seria quando os pássaros colidem contra janelas espelhadas, eles equivocadamente percebem a imagem espelhada como extensão do ambiente.

No nível 1, denominado de diferenciação, ocorreria um primeiro indicativo de que o indivíduo não seria mais alheio em compreender os espelhos como objeto de reflexão. Neste estado o sujeito ao olhar para a imagem percebe que existe uma contingência perfeita entre o que é por ele visto no espelho e os seus movimentos corporais, este seria o primeiro nível em que ocorre a diferenciação eu-mundo. No nível 2, o indivíduo é capaz de explorar sistematicamente a ligação entre o que é percebido no espelho e os seus movimentos motores, ocorrendo uma exploração de como os movimentos vindos do seu corpo se relacionam com a imagem percebida. Existe uma espécie de proto-narcisismo na qual o indivíduo está ciente de que o que se vê no espelho é exclusivo do self.

O nível 3 é denominado de identificação, neste nível o indivíduo reconhece o fato de que a imagem que está no espelho é ele mesmo, e não outra pessoa, e faz uso da palavra “eu” quando olha a imagem refletida, neste nível ocorre uma exploração de sua própria imagem. No nível 4, a criança se identifica além da experiência do espelho, ultrapassando os limites do aqui e agora, e se reconhece em fotos e vídeos. O último nível é denominado de meta-autoconsciência, no qual, os indivíduos se mostram não apenas conscientes do que são, mas também de como eles são na mente das outras pessoas, de como eles são percebidos aos olhos dos outros. Desse aspecto podem surgir sentimentos de vergonha ou orgulho, já que o indivíduo pode comparar como ele é concebido na mente dos outros e possui autoconsciência de como ele é realmente.

É relevante destacar o fato de que somente nos três últimos níveis existe uma autoconsciência explícita, na qual o sujeito pode se reconhecer quando observa o espelho, quando observa suas próprias fotos ao longo do tempo, e imaginam como eles são percebidos nas mentes das outras pessoas.

Legrain, Cleeremans e Destrebecqz (2011) desenvolveram seu estudo com o intuito de observar empiricamente, em crianças entre 22 a 32 meses de idades, os três níveis de autoconsciência explícita. Para tanto foram utilizadas três tarefas, cada uma delas visando medir um aspecto da autoconsciência explícita, a primeira tarefa consistia no autoreconhecimento no espelho, a segunda versava verificar o autoreconhecimento em fotos, e a última tarefa era a de autoreconhecimento com a máscara de animal. Os

achados demonstraram que as crianças realizam com mais sucesso as tarefas com o uso de espelho (nível de identificação) e a tarefa com o uso de fotografia (nível permanente), quando comparada com o seu desempenho na tarefa com uso de máscaras de animais (o nível do self externo). Essa performance das crianças é esperada já que o nível do self externo, apontado por Rochat (2003) como o último nível, seria o mais tardio a ser desenvolvido.

2.3 Maneiras de disparar e mensurar Autoconsciência

Segundo Duval e Wicklund (1972), é necessário criar condições que façam o indivíduo se lembrar de seu estado como objeto no mundo, para que assim ele venha estar num estado autoconsciente. Algumas dessas condições que favorecem um estado autoconsciente são: olhar para o espelho, escutar a própria voz em alguma gravação, olhar fotografias de si mesmo, a presença de uma câmera, entre outros.

Essas condições apontadas por Duval e Wicklund (1972) têm sido utilizadas em diversas pesquisas, ao longo do tempo, com o intuito de mensurar autoconsciência. Podem ser constatadas pesquisas com a utilização de câmeras (Duval & Lalwani, 1999); com a gravação da própria voz dos participantes (Diener & Wallbom, 1976); e utilização de fotografias de si mesmo (Legrain, Cleeremans & Destrebecqz, 2011).

Desde as primeiras pesquisas realizadas com a autoconsciência, os espelhos já eram muito utilizados. A prevalência de espelhos para proporcionar o estado autoconsciente no sujeito, reside no fato de ser facilmente manuseado, ser de fácil acesso, e sua eficácia. Duval e Wicklund (1973), buscando observar empiricamente o efeito da autoconsciência objetiva na atribuição de causalidade, realizaram seu estudo com o uso do espelho para possibilitar o estado de autoconsciência objetiva. Nessa pesquisa foram realizados dois experimentos, no segundo experimento, uma condição com o uso do espelho foi introduzida para avaliar o efeito da autoconsciência sobre a causalidade. Metade da amostra que estava no estado autoconsciente, na presença de espelhos, tenderam a atribuir a causa das consequências, positivas ou negativas, para si mesmo.

Phillips e Silvia (2005) utilizaram espelhos em seu estudo com o intuito de observar a relação entre autoconsciência, discrepâncias entre o self real, ideal, dever e as emoções. Constataram que as pessoas que estão em altos níveis de autoconsciência percebem discrepâncias entre o self ideal e o dever e tem uma experiência emocional mais facilmente do que as pessoas em níveis mais baixos de autoconsciência.

Heine, Takemoto, Moskalenko, Lasaleta e Henrich (2008) também utilizaram espelhos para proporcionar um estado autoconsciente nos sujeitos, e puderam constatar uma diferença cultural, já que os

norte-americanos tenderam a trapacear menos quando estavam na frente do espelho, enquanto os japoneses se comportavam de modo semelhante na presença ou ausência de espelhos.

Wiekens e Stapel (2008) utilizaram espelho em uma condição de seu estudo, e puderam constatar que as pessoas que são mais preconceituosas tendem a agir de maneira menos estereotipada e seguem as normas sociais quando estão autoconscientes.

Estudos com a finalidade de observar a relação entre autoconsciência e moralidade também utilizaram espelhos para proporcionar um estado autoconsciente nos participantes, tanto em adultos (Diener & Wallbom, 1976; Froming, 1978; Vallacher & Solodky 1979), como em crianças (Ross, Anderson & Campbell, 2011).

Todos esses estudos têm em comum, o fato da autoconsciência ser avaliada apenas através do comportamento com uso de espelhos, nenhum desses estudos buscou proporcionar um autorelato, através do qual seria possível distinguir os tipos de autoconsciência e ter uma análise mais aprofundada sobre tal constructo.

Tendo em vista essa limitação, e sabendo da eficácia do uso de espelhos para mensurar autoconsciência, é que o presente estudo busca através da exposição do sujeito aos espelhos proporcionar um autorelato, no qual será possível avaliar qual tipo de autoconsciência prevalece nas crianças durante o período de 5 a 10 anos de idade.

2.4 O papel das normas de correção e a Autoconsciência

A teoria proposta por Duval e Wicklund (1972) descreve a autoconsciência como um processo cognitivo que é basicamente auto-avaliativo e de natureza aversiva, possuindo diferentes consequências cognitivas, comportamentais e de ajustamento psicológico (saúde ou bem estar psicológico).

A Auto-avaliação, da mesma forma que qualquer outro modo de avaliação, exige normas ou padrões como critério de comparação. Normas ou padrões são imagens codificadas de formas corretas de agir, de pensar, de sentir, entre outros aspectos. Existem aqueles padrões que são representações do que é uma boa pessoa, essas normas permitem ao sujeito comparar e perceber o seu comportamento como bom ou ruim, sem essas normas os indivíduos não seriam capazes de aprovar ou desaprovar eles mesmos, ou se sentir superior ou inferior em relação a determinado aspecto (Duval, Silvia & Lalwani, 2001). É importante salientar que as fontes dessas normas de correção podem ser tanto internas (auto-avaliação do ideal) como externas (a percepção de um comportamento consensual ou normativo) (Vallacher & Solodky, 1979).

O sistema de auto-avaliação é constituído, segundo Duval e Wicklund (1972) por três componentes: 1) o self real ou atual que se manifesta através de comportamentos e atitudes do sujeito, 2)

as normas de correção, pelas quais o comportamento atual do sujeito é avaliado, e a 3) autoconsciência objetiva, que resulta da comparação entre as normas de correção e as ações do sujeito. A autoconsciência objetiva permite ao sujeito comparar e perceber quando existe discrepância ou semelhança entre o comportamento real e os padrões de correção. Dessa maneira, segundo Duval e Wicklund (1972) o aumento na autoconsciência do sujeito, terá como resultado o aumento da comparação entre o eu e os padrões de correção. Quando ocorre discrepância, entre self real e os padrões de correção, é gerado no sujeito um estado afetivo negativo, e a pessoa autoconsciente tentará agir de modo a minimizar o desconforto causado pela diferença entre seu comportamento e os padrões de correção.

Sobre a ocorrência de discrepância entre os padrões de correção e o self, Duval e Lalwani (1999) apontam que existem três formas do sujeito diminuir o efeito negativo provocado por essa desconexão, a primeira seria o self ser mudado em direção aos padrões de correção, a segunda seria os padrões de correção serem mudados em direção ao self, e a terceira seria mudar tanto o self com os padrões de correção para alguma norma mais apropriada. Essas tentativas de tornar o self coerente com os padrões de correção, acontecem quando o sujeito está autoconsciente, e pode comparar o self com as normas.

As pesquisas indicam que esses padrões de correção estão fortemente relacionadas com a moralidade e os comportamentos pró-sociais. A moralidade é uma preocupação central na vida social, então é de se esperar que a auto-avaliação do comportamento esteja relacionada com uma avaliação levando em conta essas normas (Vallacher & Solodky, 1979).

As primeiras pesquisas realizadas demonstraram empiricamente que a autoconsciência se relaciona com a moralidade. Diener e Wallbom (1976) desenvolveram sua pesquisa objetivando analisar se as pessoas mais autoconscientes tenderiam a trapacear menos em determinada tarefa de solução de problemas. Para tanto, a amostra foi dividida em duas condições, uma na qual os sujeitos estariam autoconscientes, sendo utilizado espelho e gravação de voz dos próprios sujeitos, e a outra condição que foi denominada de não-autoconsciente, nela os sujeitos não eram colocados na frente do espelho, e ouviam vozes de outras pessoas. Os resultados apontaram que 71% das pessoas que estavam na condição não-autoconsciente trapacearam, enquanto somente 7% dos sujeitos trapacearam quando estavam na condição autoconsciente.

Do mesmo modo, no estudo feito por Vallacher e Solodky (1979), os sujeitos deveriam solucionar alguns quebra-cabeças geométricos, e tinham a oportunidade de trapacear durante a resolução, em algumas condições os participantes eram levados a acreditar que o sucesso da atividade era devido a sua performance e em outras condições eram levados a acreditar que era devido a sorte. Metade da amostra foi submetida a condição de autoconsciência, na qual resolvia os problemas na frente do espelho e ouvindo a sua própria voz numa gravação, e a outra metade foi submetida a uma condição em que não existia espelho e escutavam uma gravação com a voz de outras pessoas.

Os resultados demonstraram que na condição de autoconsciência, quando a competência não era tida como importante pelos participantes, ou seja, na condição em que se envolvia algum tipo de sorte, os sujeitos não trapaceavam. Esses dados sugerem que a autoconsciência sensibiliza o sujeito em relação as implicações do seu comportamento para a auto avaliação. Segundo Vallacher e Solodky (1979) comportamento de trapaça é apontado como um ato que é moralmente incorreto, dessa maneira essas pesquisas portanto apontam que os adultos mais autoconscientes terão mais tendência a seguir as normas sociais mais desejáveis.

Estudos realizados em crianças também buscaram observar se a autoconsciência levaria os sujeitos aderirem as normas sociais, como foi proposto na teoria desenvolvida por Duval e Wicklund (1972). Para observar tal relação Ross, Anderson e Campbell (2011) desenvolveram a sua pesquisa em crianças entre 3 a 4 anos, seu estudo foi dividido em dois experimentos.

No experimento 1 uma norma era feita evidente durante a realização da tarefa, a qual consistia em a criança tentar adivinhar qual animal de brinquedo estava dentro da caixa, em um dado momento a criança era deixada sozinha na sala e era dito que ela não deveria olhar qual o animal que estava dentro. Existiam três condições as quais as crianças eram submetidas: condição de autoconsciência (com presença do espelho e sendo chamada pelo seu nome), condição neutra (o espelho virado e a criança sendo chamada pelo nome) e a condição de desindividualização (a criança usava uma fantasia e era chamada de “Tratador”). Os resultados nesse experimento, demonstraram que as crianças tendiam a transgredir mais na condição de desindividualização, e transgrediam menos na condição autoconsciente.

No experimento 2, nenhuma norma foi feita evidente, e as crianças tinham a oportunidade de serem altruístas com uma outra criança que elas não conheciam. A tarefa consistia em a criança ter a oportunidade de pegar peixes com uma vara magnética, elas poderiam ganhar peixes para elas mesmas e para outras crianças, ao final da tarefa a criança recebia 6 adesivos como recompensa, e era dada a oportunidade dela doar alguns dos seus adesivos para a outra criança. Além das condições existentes no experimento 1, foi incluída uma condição chamada mista, na qual as crianças jogavam com um traje de pescador e na frente do espelho. Os resultados apontaram que as crianças se esforçavam para ganhar mais brinquedo para a outra criança, e também tendiam a doar mais adesivos quando estavam na frente do espelho.

Este estudo é muito relevante porque sugere uma possível relação entre a autoconsciência e comportamento pró-social, em crianças muito novas, entre 3 a 4 anos. A pesquisa demonstrou tal relação quando foi encontrado que as crianças tendem a agir mais para o benefício da outra criança e se esforçam para que isso aconteça quando estão na frente do espelho. No entanto essa pesquisa demonstra limitação por ter sido realizada apenas com uma faixa etária específica, não sendo explorada como essa possível relação entre autoconsciência e comportamento pró-social ocorre em crianças mais velhas. Tendo em vista

tal lacuna é que a presente pesquisa busca explorar se existe uma relação entre comportamento pró-social e autoconsciência em crianças entre 5 a 10 anos.

3. Comportamento Pró-social

Comportamento pró-social é descrito na literatura como um tipo de ação voluntária que objetiva o benefício de outras pessoas, sem o intuito de trazer recompensas para o próprio sujeito (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006). A afirmação sobre o não trazer nenhum benefício ao sujeito que pratica a ação de favorecer o outro, tem causado algumas divergências de opiniões, pois um certo número de autores defendem o fato de ser na verdade comportamento pró-social velado e escondido por interesses egoístas (Cialdini, Brown, Lewis, Luce, & Neuberg, 1997). Dentro dessa linha de pensamento, os fatores que motivariam tal comportamento seriam: a aprovação social, a fuga de punições, e as recompensas sociais (Carlo, 2006).

Por outro lado, alguns autores defendem a existência de comportamento pró-social genuíno, no qual não existiria nenhum interesse próprio motivando a ação (Batson, 2008). Tal tipo de comportamento pró-social que busca apenas o benefício dos outros, é definido como altruísmo, nele o sujeito se baseia em valores internalizados, sendo, portanto, um comportamento com uma motivação mais intrínseca, e muitas vezes, causando um sacrifício no ganho do indivíduo pelo benefício de outra pessoa (Eisenberg & Miller, 1987). A principal diferença entre comportamento pró-social e altruísmo (subconjunto de comportamentos pró-sociais) é que no último ocorre autosacrifício, enquanto o comportamento pró-social não precisa necessariamente acontecer o sacrifício para beneficiar o outro.

Tendo em vista que os comportamentos pró-sociais são determinados por diversos fatores, se constitui numa tarefa difícil detectar qual a motivação que leva o sujeito agir de modo pró-social, seja por interesses egoístas ou autosacrifício. No entanto, é evidente a importância de tais comportamentos dentro da sociedade, pois esses tipos de condutas proporcionam qualidade nas relações entre sujeitos e comportamentos responsáveis socialmente (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Carlo (2006) afirma que “compreender os comportamentos que beneficiam a sociedade deve ser interesse de todos”, e assegura que o estudo dos comportamentos pró-sociais tem diversas implicações para melhorar a sociedade e entender o comportamento humano. Além disso, o estudo dos comportamentos pró-sociais possibilita uma maior compreensão acerca do desenvolvimento moral, pois embora não existam normas ou regras sociais que obriguem o sujeito ajudar outra pessoa, os atos pró-sociais geram um dever pessoal e faz o indivíduo ser visto como moralmente correto ou incorreto dentro da sociedade.

Dada a relevância de tais comportamentos para o convívio em sociedade, o interesse por essas condutas é algo antigo, possuindo suas raízes na filosofia e religião. Dentro das religiões Judaica, Cristã, e Islâmica, Deus e Allah são dotados de características como perdão e generosidade sendo eles considerados exemplos a serem seguidos. O fundamento da religião Judaico-Cristã se baseia no mandamento “amar ao próximo como a si mesmo”. Além disso, diversos ensinamentos, como a parábola do bom samaritano (Lucas 10. 29-37) são utilizadas como modelos de comportamentos que devem ser aprendidos. Essa parábola apoia fortemente o comportamento que visa o benefício do outro sem obter nenhuma recompensa (Carlo, 2006). Considerando a influência que a religião exerceu na filosofia, era de se esperar o interesse da filosofia em estudar os comportamentos pró-sociais (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Os filósofos possuíam a natureza humana como foco dos seus debates, e discutiam a respeito do homem nascer generoso ou egoísta, ou de certo modo, das duas formas. Esse debate sobre a natureza do homem perdura ainda dentro da Psicologia, e existem linhas que defendem posturas diferentes sobre o desenvolvimento moral do homem (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Dentro da Psicologia da Personalidade, Freud afirma que a criança nasce com impulsos sexuais e de agressão, e que as ações iniciais dos sujeitos são voltadas para satisfazer seus próprios desejos egoístas. Por volta dos 4 a 6 anos de idade a criança tenta resolver o conflito entre os seus desejos e o medo de deixar de ser amado por seus pais. O superego é desenvolvido a partir dos valores passados pelos pais os quais são internalizados pela criança. A partir da existência do superego a criança vai agir de forma mais pró-social, não buscando mais satisfazer os seus desejos egoístas, e evitando a culpa (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Para os Behavioristas a criança aprende os comportamentos pró-sociais a partir do reforço e punição, e a empatia seria desenvolvida de maneira condicionada. Tal abordagem, no entanto, não leva em consideração os processos cognitivos que são responsáveis pela internalização dos valores pró-sociais (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Na Psicologia do Desenvolvimento, Kohlberg (1989) e Piaget (1932/1994) exerceram grande influência sobre o desenvolvimento da moralidade, esses autores focaram os seus estudos em como o pensamento moral se desenvolve, e não deram tanta atenção aos comportamentos morais. Além disso, não estudaram empiricamente o papel da afetividade no desenvolvimento moral (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Kohlberg defende que os aspectos racionais, tais como a tomada de perspectiva, desempenham papel central no desenvolvimento da moralidade, e considera que a afetividade teria uma importância menor (Eisenberg, Shell, Pasternack, Beller, Lennon, Mathy, 1987). Por outro lado, muitos autores (Eisenberg, Shell, Pasternack, Beller, Lennon, Mathy, 1987; Hoffman, 2000; Batson, 2008) têm apontado a relevância da afetividade, especialmente da empatia, para o comportamento pró-social. A empatia,

segundo Hoffman (2000), se refere a uma resposta afetiva mais apropriada a situação de outra pessoa do que a própria situação do sujeito (observador) e seria motivadora para o comportamento pró-social. Eisenberg, Fabes e Spinrad (2006) afirmam ainda que a empatia desempenha um importante papel no desenvolvimento de valores, motivações e comportamentos pró-sociais.

Além da empatia, sendo esta apontada como a principal motivadora para o comportamento pró-social (Eisenberg, Guthrie, Cumberland, Murphy, Shepard, Zhou, & Carlo, 2002; Eisenberg, 2007; Hoffman, 2000; Batson, 2008), existem outros fatores que desempenham influência e são determinantes para o desenvolvimento do comportamento pró-social, dentre eles estão: os fatores biológicos, culturais, cognitivos, a socialização e a afetividade (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Dentro dos aspectos biológicos destacam-se as explicações evolucionistas e as tendências hereditárias. No que se refere as explicações evolucionistas, estudos com animais não-humanos têm encontrado a existência de comportamentos pró-sociais, tais como de ajuda e compartilhamento em diversas espécies. Por exemplo, aves de determinadas espécies emitem sons para informar o ataque, quando um predador se aproxima, mesmo que essa ação custe ao informante a própria vida, já que a emissão dos sons facilita a sua captura (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Essas condutas de ajuda dentro da mesma espécie sugerem que tais comportamentos foram favoráveis para a sobrevivência dos seus membros ao longo do tempo. E mesmo quando ocorre o autosacrifício do ajudador, esse tipo de comportamento favorece a sobrevivência dos seus parentes que compartilham de genes semelhantes, dessa maneira, mesmo que os animais pró-sociais morram os seus genes irão perdurar através da próxima geração (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Apesar das condutas pró-sociais serem direcionadas, na maioria das vezes, para os parentes mais próximos, estudos têm encontrado que os animais emitem comportamentos de ajuda e cooperação em direção a outras espécies. Como foi constatado na pesquisa desenvolvida por Warneken e Tomasello (2006), na qual os resultados demonstram que os chimpanzés (os primatas mais próximos do humano) emitiam comportamentos de ajuda em direção a uma pessoa, mesmo sem receber uma recompensa imediata. Para explicar os comportamentos pró-sociais em direção aos parentes mais distantes é apontada a existência do altruísmo recíproco, que se baseia na idéia de que interações frequentes e relações contínuas levam a comportamentos de ajuda mútua (Carlo, 2006).

Essas evidências de comportamentos pró-sociais em espécies não humanas, apoiam a suposição de que tais condutas seriam resultados de forças evolutivas, e que seriam positivas para a adaptação da espécie, pois essas ações perduram ao longo do tempo (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

Além dos fatores evolutivos exercerem influência no desenvolvimento dos comportamentos pró-sociais, existem as tendências hereditárias que são também determinantes para esses tipos de conduta.

Estudos realizados com irmãos idênticos e não idênticos têm apontado que os fatores genéticos contribuem, de certo modo, para a manifestação dos comportamentos pró-sociais.

Além disso, os fatores genéticos exercem uma maior influência em relação ao comportamento pró-social à medida que a criança se desenvolve. Esse dado foi encontrado no estudo realizado por Knafo e Plomin (2006), em que foi constatado que entre as crianças mais velhas, os irmãos monozigóticos apresentavam um escore maior de comportamentos pró-sociais quando comparado com os irmãos dizigóticos.

Os dados acima sugerem uma forte influência dos aspectos hereditários durante o desenvolvimento pró-social, no entanto, existem muitos fatores ambientais que determinam a procedência desse tipo de conduta. Dentre esses aspectos ambientais, são apontados: a socialização da criança e a cultura que ela está inserida (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006).

As diferenças culturais são destacadas como evidências de que fatores ambientais afetam o comportamento pró-social. Indivíduos que crescem em contextos que possuem valores considerados “amigáveis” tendem a emitir mais comportamentos de ajuda em relação a um estranho quando comparados aos que estão inseridos em culturas consideradas “não amigáveis” (Levine, Norenzaya & Philbrick, 2001). De modo semelhante, crianças inseridas em uma cultura considerada coletivista, preferem alocar seus recursos de maneira cooperativa, enquanto as que se desenvolvem em culturas com valores individualistas preferem distribuições competitivas e egoístas (Carlo, Roesch, Knight & Koller, 2001).

A cultura também pode influenciar o processo de socialização da criança, pois dentro de um contexto que valoriza a interdependência entre as pessoas, os sujeitos serão encorajados, por seus pais e educadores, a ajudar e compartilhar durante o seu desenvolvimento. Assim, quando o processo de socialização já estiver consolidado, os sujeitos tenderão a se comportar de forma mais cooperativa (Carlo, Roesch, Knight & Koller, 2001).

Por outro lado, a socialização pode não potencializar os efeitos da cultura, mas neutralizá-los (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006). Um exemplo disso seria o fato de mesmo quando a criança está inserida em um ambiente com costumes individualistas e competitivos, os seus familiares e educadores incentivam comportamentos de ajuda e cooperação.

Estudos (ver Brownell, Svetlova, Anderson, Nichols & Drummond, 2013) têm demonstrado que os pais são fundamentais no desenvolvimento de comportamentos pró-sociais durante a infância. Os pais que são carinhosos e emitem comportamentos pró-sociais em direção aos seus filhos são considerados por eles como um modelo a ser seguido (Eisenberg, Fabes & Spinrad, 2006). Dessa maneira, quando a criança está inserida num contexto familiar no qual a prática de ajudar, compartilhar, e cooperar é algo constante, ela terá mais tendência a se comportar de modo pró-social quando estiver em outros contextos sociais.

Do mesmo modo, Carlo (2006) aponta, que é necessário que a criança tenha oportunidade de se engajar em comportamentos que beneficiem outras pessoas e que sejam recompensados por praticar tais ações. Além disso, propõe que as crianças precisam desfrutar de comportamentos pró-sociais direcionados para elas, pois assim poderão observar os benefícios dos comportamentos de ajuda.

Ainda no que se refere ao processo de socialização, esse pode ser responsável pelas diferenças na emissão de comportamentos pró-sociais relacionadas ao gênero, pois meninos e meninas são educados de forma distinta. As meninas são orientadas a se preocuparem com questões relacionadas ao cuidado e ajuda nas suas relações interpessoais, enquanto os meninos não são tão encorajados a demonstrarem atitudes de afeto e a expressarem suas emoções, dessa maneira é esperado que as meninas emitam mais comportamentos pró-sociais quando comparada aos meninos (Carlo, 2006).

Como citado anteriormente, fatores biológicos e ambientais são determinantes no desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. Existem, no entanto, outros aspectos que também influenciam tais condutas, Eisenberg, Fabes e Spinrad (2006) apontam que os aspectos cognitivos e a afetividade desempenham um importante papel em relação as ações pró-sociais.

Dentro dos aspectos cognitivos destacam-se os julgamentos morais e a tomada de perspectiva. Inicialmente será detalhado os diferentes tipos de raciocínios morais, e para uma maior compreensão a esse respeito é necessário discorrer sobre o modelo teórico proposto por Nancy Eisenberg acerca do desenvolvimento do julgamento moral pró-social durante a infância e diferenciá-lo de outros modelos.

As principais dimensões que distinguem o modelo proposto por Eisenberg (1979), sobre o desenvolvimento moral pró-social, de outros desenvolvidos por autores como Kohlberg e Piaget acerca da moralidade, é que essa autora desenvolve suas pesquisas de modo a minimizar o efeito das leis, punições, autoridades e obrigações formais. Tais aspectos eram abordados na teoria e métodos desses autores que vinham estudando desenvolvimento moral até a proposta de Eisenberg. Diferentemente, o modelo teórico de Eisenberg (1979) propunha uma pesquisa voltada para os comportamentos positivos, tais como: ajuda, cooperação, compartilhar, doar, entre outros, uma vez que essas ações haviam sido esquecidas pelos autores que estudavam desenvolvimento moral até o momento (Koller & Bernardes, 1997).

O modelo de Eisenberg, sobre o desenvolvimento pró-social, foi elaborado com base em seus estudos longitudinais realizados em crianças até o início da idade adulta, embora a autora tenha observado importantes questões em relação ao comportamento pró-social, ela foca seus estudos principalmente nos raciocínios morais pró-sociais, e desenvolve o seu modelo teórico levando em consideração os julgamentos morais pró-sociais.

Eisenberg (1979) propõe que o sujeito se baseia em alguns tipos específicos de raciocínio para ajudar outras pessoas, e propõe cinco categorias existentes durante o desenvolvimento moral pró-social,

ressaltando que essas categorias não são ordenadas em termos desenvolvimentais, ou seja, uma categoria não é superior a outra.

A primeira categoria é denominada de *Orientação Autofocada e hedonista*, neste nível a criança focaliza nos seus próprios desejos e no ganho hedonista do self, sua ação em ajudar o outro se baseia nas consequências dessa ação para o próprio sujeito. A segunda categoria é denominada *Orientação para a necessidade dos outros*, neste nível a preocupação com as necessidades do outro pode ser de ordem física/material ou para necessidades psicológicas dos outros.

A terceira categoria é denominada de *Orientação estereotipada e/ou voltada para aprovação interpessoal*. A imagem de pessoas boas ou más são estereotipadas, e há uma preocupação em relação a aprovação dos outros para assim poder ponderar se seu próprio comportamento é correto ou não. A quarta categoria é chamada de *Orientação empática evidente*, nela a criança manifesta preocupações simpáticas e atenciosas em direção ao outro, e tenta tomar a perspectiva da outra pessoa. A última categoria é a *Orientação para forte internalização*, nesta fase as justificativas para ajudar ou não, estão baseadas em valores, normas e regras internalizadas.

Essas categorias de racionalização pró-social podem ser influenciadas por fatores individuais e pela própria socialização da criança. Quando o sujeito se depara diante de alguma situação ele pode utilizar determinados julgamentos pró-sociais, e estes podem não ser utilizados quando o indivíduo estiver em outro contexto. Dessa forma, o modelo de Eisenberg possui certo relativismo, já que a depender da situação, o sujeito pode fazer uso de justificativas morais distintas (Koller & Bernardes, 1997).

Levando em consideração esse modelo do desenvolvimento moral pró-social, Eisenberg e Hand (1979) desenvolveram uma pesquisa na qual objetivaram observar as relações entre as categorias do julgamento pró-social com o comportamento pró-social. Para alcançar tal meta foi proposto para 35 crianças, entre 4 a 5 anos, que elas respondessem a quatro dilemas morais sobre raciocínio altruístico, além disso, as crianças foram observadas em uma situação real, no recreio da escola, para avaliar os seus comportamentos pró-sociais. Foram consideradas como comportamentos pró-sociais as ações: compartilhar, ajudar e oferecer conforto. Os resultados indicaram que os julgamentos pró-sociais estão relacionados a diferentes tipos de comportamento pró-sociais, tal como foi encontrado que o comportamento de compartilhar está relacionado de forma positiva e significativa com o raciocínio para a necessidades dos outros, e relacionado negativamente com o raciocínio hedonista.

Além dos tipos de julgamentos pró-sociais afetarem a emissão dos comportamentos de benefício ao outro, a tomada de perspectiva também é apontada como um aspecto cognitivo que exerce influência no desenvolvimento de comportamentos pró-sociais.

A tomada de perspectiva é considerada uma das dimensões cognitivas da empatia, e se refere a capacidade de compreender e aferir a respeito dos estados afetivos dos outros (Hoffman, 2000). Supõe-se

que quanto mais o sujeito é capaz de compreender os estados emocionais das outras pessoas, mais ele tenderia a agir de modo pró-social em direção ao outro (Carlo, 2006). Essa afirmação considera que as ações pró-sociais seriam mais frequentes se o sujeito compreende cognitivamente os estados afetivos de outras pessoas.

Por outro lado, alguns autores (Eisenberg, 1987; Hoffman, 2000) têm argumentado que não somente aspectos cognitivos são importantes para a emissão dos comportamentos pró-sociais, mas também a afetividade, e apontam a empatia - constituída por aspectos cognitivos e afetivos - como a maior motivadora do comportamento pró-social.

Segundo Hoffman (2000), por meio da empatia, o ser humano é capaz de demonstrar preocupação e atuar em benefício de outras pessoas, mesmo que isso implique em custos pessoais para o próprio indivíduo. De acordo com esse autor existem três evidências para o fato da empatia motivar o comportamento pró-social: a primeira razão é que a empatia é correlacionada positivamente com os comportamentos de ajuda; a segunda é que a empatia não somente se correlaciona com os comportamentos de ajuda como também o precede e contribui para que eles possam vir a ocorrer, e a terceira razão seria porque a angústia empática é diminuída quando o sujeito ajuda outra pessoa.

3.1 Evidências Empíricas da relação entre Comportamento Pró-social e Empatia

Diversas pesquisas foram realizadas ao longo do tempo com o objetivo de observar as relações entre o comportamento pró-social e a empatia. Tais estudos foram realizados em crianças e adultos, e demonstraram que essa relação perdura ao longo do desenvolvimento.

Eisenberg, Shell, Pasternack, Belter, Lennon e Mathy (1987) desenvolveram a sua pesquisa possuindo, dentre outros objetivos, o intuito de averiguar como a empatia se relaciona com os comportamentos pró-sociais em crianças entre 9 a 12 anos. Para tanto foi utilizada uma tarefa na qual o sujeito tinha a oportunidade de doar algumas moedas para uma criança pobre da UNICEF, esta tarefa buscava avaliar o comportamento pró-social da criança. Foi também implementada uma tarefa de ajuda com custo baixo e outra com o custo alto para a criança. Para avaliar a empatia das crianças foi utilizada a escala de Bryant (1982) composta por 22 itens que devem ser respondidos com “sim” ou “não”. Respostas empáticas são pontuadas com um ponto e as não empáticas com zero pontos, desse modo as crianças que pontuam mais são considerada mais empáticas.

Os resultados desse estudo apontaram que entre as crianças mais velhas, 11 a 12 anos, a empatia se relacionou positivamente com o comportamento de doar mais custoso para a criança. Por outro lado, a empatia não se relacionou com os comportamentos de ajuda de baixo custo. Esses dados sugerem que a Empatia atua como motivadora para as ações de ajuda que envolvem algum custo para o sujeito.

Um estudo também desenvolvido em crianças foi realizado por Marcus, Telleen e Roke (1979). O objetivo da pesquisa foi observar se a empatia se relacionava com a cooperação em crianças entre 3 a 5 anos de idade. Para medir a empatia foi utilizada a tarefa proposta por Feshbach e Roe (1968) na qual são apresentados slides de crianças experimentando algumas emoções como tristeza, alegria, raiva e em seguida é questionado para os indivíduos como eles se sentem.

A cooperação foi avaliada de duas maneiras: As crianças foram observadas durante o recreio por quatro pessoas treinadas, e então foram avaliadas como cooperativas levando em consideração alguns comportamentos anteriormente codificados, como por exemplo: uso de objeto comum pelas crianças. A segunda maneira foi através de uma escala de classificação de 7 pontos, que foi respondida pelos quatro observadores e dois professores. Os resultados indicaram que a empatia se relacionou positivamente e significativamente com a cooperação, quando levado em consideração os dados obtidos a partir da escala. Esse dado sugere que a empatia desempenha um importante papel na emissão de comportamentos pró-sociais.

Williams, O'Driscoll e Moore (2014) desenvolveram a sua pesquisa também em crianças, com idades de 3, 5 e 6 anos. Eles objetivaram observar como a angústia empática influencia o comportamento pró-social das crianças numa tarefa de alocação de recursos. Para tanto, metade da amostra foi submetida a uma condição na qual assistia a um vídeo que induzia a empatia, e a outra metade assistia outro vídeo neutro. Os resultados, de maneira geral, demonstraram uma taxa maior na emissão de comportamentos pró-sociais quando a criança estava na condição que ocorria indução da empatia, ocorrendo uma tendência a compartilhar mais quando comparada com o grupo controle.

Para observar a relação existente entre a empatia e comportamento pró-social em adolescentes, Eisenberg, Miller, Shell, McNalley e Shea (1991) desenvolveram sua pesquisa em sujeitos com idade entre 13 a 16 anos. Foram utilizadas a escala de Bryant (1982) para avaliar a empatia dos indivíduos entre 13 a 14 anos, e três subescalas (consideração empática, tomada de perspectiva e angústia pessoal) da escala de Davis (1983) para medir a empatia entre os adolescentes de 15 a 16 anos. Cada uma dessas três subescalas visam medir aspectos diferentes da empatia, a escala consideração empática contém componentes afetivos da empatia, a escala tomada de perspectiva contém componentes cognitivos, e a angústia pessoal representa mais o comportamento expresso do indivíduo (Koller, Camino & Ribeiro, 2001). Todos os participantes responderam a escala de Rushton, Chrisjohn, e Fekken (1981) para aferir o altruísmo, esta escala é composta por 20 itens com cinco opções de respostas, variando desde *nunca* até *sempre frequente*. Por fim, os participantes tiveram a oportunidade de ajudar o experimentador numa atividade extra preenchendo alguns questionários e enviando em envelopes endereçados.

Os resultados do estudo de Eisenberg, Miller, Shell, McNalley e Shea (1991) demonstraram que a empatia, entre os adolescentes de 13 a 14 anos, estava relacionada positivamente com os comportamentos

de ajuda. Por outro lado, entre os adolescentes de 15 a 16 anos, a empatia se relacionou positivamente apenas com os relatos de comportamentos pró-sociais. Esses dados sugerem que a empatia e os comportamentos pró-sociais se relacionam de diferentes maneiras ao longo do desenvolvimento, e que essa relação pode ser mediada por outros fatores.

Estudos realizados com adultos também demonstram a relação entre comportamento pró-social e empatia. Sze, Gyurak, Goodkind e Levenson (2011) realizaram sua pesquisa com o objetivo de observar se a relação entre empatia e comportamento pró-social se modifica ao longo da idade adulta. A amostra foi composta por adultos idosos (60 a 80 anos), adultos em idade intermediária (40 a 50 anos) e adultos mais novos (20 a 30 anos).

Os participantes assistiram dois filmes, um edificante e outro angustiante, ambos os filmes apresentavam pessoas que necessitavam de ajuda, os dois filmes tinham o objetivo de provocar empatia emocional. O filme edificante iniciava com uma breve introdução sobre o autismo seguida de imagens de crianças com autismo aprendendo a surfar em um acampamento de uma instituição sem fins lucrativos, era mostrado a alegria das crianças ao surfar. O filme angustiante relatava sobre o conflito de Darfur¹, e mostrava imagens de homens, mulheres e crianças feridos e em sofrimento, numa situação de horror e condições desumanas. Após assistir os filmes, os participantes tinham a oportunidade de doar uma certa quantia de dinheiro para as instituições de caridade apresentadas no filme, essa ação consistia na medida para avaliar o comportamento pró-social.

Os resultados, de modo geral, demonstraram que a consideração empática em ambos os filmes e a angústia pessoal, apenas no filme angustiante, foram associados positivamente com uma maior emissão de comportamento pró-social. Além disso foi constatado que os adultos mais velhos eram mais pró-sociais e tinham um maior nível de empatia. Esses dados sugerem que os aspectos afetivos continuam se desenvolvendo ao longo do envelhecimento, e que adultos mais velhos teriam uma maior sensibilidade em relação ao outro.

Pavey, Greitemeyer e Sparks (2012) também realizaram sua pesquisa em adultos com o intuito de verificar se a empatia motiva comportamentos autônomos de ajuda. Para tanto foram realizados três

¹ O conflito de Darfur foi iniciado em 2003, o que motivou o conflito foi a luta pela separação de território, este conflito foi desencadeado pelos rebeldes que afirmavam que o governo a qual eram subordinados agia representando apenas a elite de religião islâmica, e por outro lado tratava as pessoas de Darfur com displicência, ou seja, eram deixados de lado. O conflito de Darfur deixou um saldo bastante desumano, segundo as estimativas da ONU a guerra civil já deixou cerca de 30 mil mortos e milhões de refugiados. De acordo com estudos e estimativas da OMS (Organização Mundial de Saúde) a realidade no qual vive os refugiados do conflito é extremamente degradante, aproximadamente 10 mil pessoas morrem mensalmente vítimas da violência, fome e das diversas doenças epidêmicas presentes como, por exemplo, a AIDS.

estudos. No primeiro estudo, os participantes entre 20 a 61 anos, responderam um questionário para mensurar empatia, eles deveriam responder numa escala de 7 pontos que verificaria a intensidade de algumas emoções. Foram também utilizadas duas escalas, uma para avaliar as motivações autônomas e controladas, e a outra para avaliar a disposição para ajudar.

Os resultados do estudo 1 indicaram que a empatia está relacionada com a disposição para ajudar de forma autônoma, ou seja, a partir dos valores internalizados do próprio sujeito e não devido a consequências e recompensas sociais.

No estudo 2, os participantes entre 18 a 58 anos, responderam as escalas para mensurar empatia proposta por Davis (1983), além disso as escalas para avaliar as motivações autônomas e controladas e para mensurar pretensões pró-sociais e o comportamento pró-social também foram aplicadas. Os resultados desse estudo indicaram que a empatia está relacionada não somente a motivação para ajudar de maneira autônoma, como também ao comportamento pró-social de fato.

No estudo 3, os participantes foram alocados aleatoriamente para duas situações, uma com baixa empatia e outra com alta empatia. Além disso, os sujeitos responderam as escalas para avaliar as motivações para ajudar de forma autônoma ou controlada e para mensurar a disposição para ajudar. Os resultados demonstraram que os participantes pertencentes a condição de alta empatia tendiam a ajudar em maior quantidade e de forma autônoma. Esses dados sugerem que promover empatia possibilita a emissão de comportamentos de ajuda de maneira autônoma, ou seja, ações baseadas nos princípios internalizados pelo sujeito e não devido as recompensas sociais.

Esses estudos sugerem ainda que a empatia motiva os comportamentos pró-sociais durante o desenvolvimento, e que ela medeia comportamentos de ajuda que envolvem altos custos para o sujeito.

3.2 Maneiras de mensurar comportamento pró-social

De acordo com Eisenberg, Fabes e Spinrad (2006) são classificados como comportamentos pró-sociais as ações de confortar, ajudar, doar, compartilhar e cooperar, pois estas condutas visam o benefício e o bem estar de outra pessoa e não do próprio sujeito que as executam.

Levando em consideração esses tipos de comportamentos, uma das formas utilizada para mensurar o comportamento pró-social, tem sido a quantidade de ações pró-sociais emitidas pelo sujeito durante a observação em contextos livres, como o recreio da escola. Diversos estudos utilizaram tal medida (Eisenberg & Hand, 1979; Marcus, Telleen & Roke, 1979; Yarrow, Waxler, Barrett, Darby, King, Pickett & Smith, 1976). No entanto, essa maneira de avaliação através da observação apresenta algumas limitações, pois alguns comportamentos podem passar despercebidos pelo pesquisador, além disso se

constitui em uma forma subjetiva já que os comportamentos serão classificados a partir da interpretação do pesquisador.

Outra modo de avaliar comportamento pró-social é o uso de questionários podendo ser destacado os estudos realizados por Eisenberg, Carlo, Murphy e Van Court (1995); Eisenbeg, Zhou e Koller (2001); e Pavey, Greitemeyer e Sparks (2012). A principal limitação desse modo de avaliar o comportamento pró-social é que a emissão das ações não são observadas de fato, fazendo com que os resultados provenientes dessas escalas possam não condizer com as condutas reais dos sujeitos.

Pesquisas também utilizam situações que os participantes tem a oportunidade de doar uma certa quantidade de bens para pessoas necessitadas (Eisenbeg, Shell, Pasternack, Belter, Lennon & Mathy, 1987; Eisenberg, Carlo, Murphy; Van Court, 1995; Sze, Gyurak, Goodkind & Levenson , 2011; Ukegawa, 1995). Essa maneira de mensurar o comportamento pró-social pode induzir tal conduta, pois o sofrimento do outro é feito evidente para o sujeito.

Um meio que tem sido bastante utilizado para mensurar os comportamentos pró-sociais dos sujeitos é o uso do jogo ditatorial, neste jogo o indivíduo é o ditador e tem total poder de fazer o que quiser com os bens que recebe no início do jogo, inclusive pode decidir doar para uma outra pessoa ou ficar com todos os bens para si. Esse jogo tem sido utilizado com sucesso para mensurar comportamentos de doação e compartilhar em crianças e em adultos, pois ele é de fácil aplicação e não exige muito treinamento dos pesquisadores (Benenson, Pascoe & Radmore, 2007; Blake & Rand, 2010; Smith, Blake & Harris, 2013; Xu, Bègue & Bushman, 2012).

Na presente pesquisa optou-se por utilizar o jogo ditatorial pelo fato deste ser considerado como eficaz para mensurar os comportamentos de doar e compartilhar (comportamentos pró-sociais), além de ser facilmente compreendido pelas crianças.

4. Empatia

Na Psicologia, o autor que introduziu o termo Empatia foi Edward Titchener em 1909, esta expressão é a tradução da palavra alemã “Einfühlung”, termo que era utilizado quando as pessoas se projetavam em objetos de percepção, e neste processo poderia ocorrer o ofuscamento da distinção entre o self e o objeto (Wispé, 1986).

Quando Titchener introduziu o termo Empatia na Psicologia, ele quis preservar a idéia do self projetado no objeto que era por ele percebido, no entanto, no decorrer dos seus estudos ele mudou a ênfase dos atos internos para o conteúdo. Inicialmente ele não pensava que seria possível uma pessoa saber sobre a consciência de outra pessoa e raciocinar de maneira análoga a ela, porém, mais tarde, a empatia foi

referida, por este autor, como a consciência do sujeito na imaginação sobre a emoção das outras pessoas (Wispe, 1986).

Desde a inserção do termo Empatia na Psicologia, muitos estudos têm sido realizados buscando uma maior compreensão sobre o desenvolvimento deste aspecto psicológico e suas relações com outros fatores da vida em sociedade. Pesquisas demonstram que maiores níveis de empatia proporcionam redução na emissão de comportamentos agressivos (Findlay, Girardi & Coplan, 2006), diminuição da intolerância, redução da discriminação, e aumento do respeito pelo outro (Wang, Davidson, Yakushko, Bielstein, & Bleier 2003).

Rieffe, Ketelaar e Wiefferink (2010) afirmam que a empatia é uma capacidade humana básica que serve para regular as relações, constituindo num apoio para a colaboração e coesão do grupo, que possibilita a qualidade nas relações interpessoais. Além disso, a empatia é apontada como um sentimento que faz a pessoa compreender a situação do outro e ser impulsionada a ajudar (Rasoal, Eklund & Hansen, 2011).

Apesar do consenso entre os autores, de que a empatia desempenha um importante papel nas relações sociais, existe um campo divergente no que se refere as definições de tal constructo. Dentro da Psicologia Social, Batson, Fultz, e Schoenrade (1987) definem empatia como um sentido emocional estreito que aconteceria quando a pessoa percebe o outro em necessidade, o foco no outro produz uma emoção congruente que é consequência de ter testemunhado o sofrimento de outra pessoa.

Eisenberg e Fabes (1990) afirmam que a empatia seria uma resposta afetiva decorrente da compreensão de uma outra situação emocional, desse modo a pessoa sente algo muito parecido com o que o outro está sentindo ou espera sentir. Para Davis (1983) a empatia se refere as reações do indivíduo em relação as experiências observadas em outra pessoa, e ressalta que a empatia seria multidimensional sendo constituída por aspectos afetivos e cognitivos.

Bryant (1982) define empatia como uma resposta vicária emocional que decorre da experiência de observar o estado emocional de outro, e destaca que a ênfase está na resposta emocional e não na precisão da compreensão social.

Um autor que merece destaque é Hoffman (2000) este desenvolveu uma teoria sobre o desenvolvimento da empatia e suas relações com o cuidado e com a justiça. As ideias desse teórico servirão como base para a presente pesquisa, dessa maneira, o próximo tópico se detém a explicar sobre a teoria de Hoffman (2000).

4.1 Teoria de Hoffman

Hoffman (2000) define empatia como uma resposta afetiva mais adequada a situação do outro do que a própria situação do sujeito (observador). Destaca o papel da empatia dentro das relações sociais, afirmando que ela faz o indivíduo despertar o interesse por outras pessoas e que seria motivadora para a emissão de comportamentos pró-sociais em direção ao outro.

Para este autor existem cinco maneiras de despertar a empatia: a mímica, o condicionamento clássico, a associação direta, a associação mediada e o *role taking*. As três primeiras são automáticas, involuntárias e acontecem de forma rápida, necessitando superficialmente dos aspectos cognitivos.

A mímica está relacionada com a imitação e possui um mecanismo importante porque permite a criança muito nova ser empática com os sentimentos de outras pessoas antes mesmo dela ter a experiência dos próprios sentimentos (Hoffman, 2000). Esse dado pode ser observado quando o bebê chora ao ver outra criança chorando diante de determinada situação que ela nunca vivenciou.

No condicionamento clássico a criança pode adquirir sentimentos de empatia em situações de angústia em decorrência de respostas condicionadas que acontecem quando vê alguém em perigo. Além disso, a criança pode adquirir sentimentos empáticos condicionados não somente em situações negativas, mas também naquelas que proporcionam bem estar. Um exemplo seria, quando a criança está no colo da mãe e se sente bem, segura, cuidada, e vê um sorriso no rosto da mãe, esse sorriso é associado com esse sentimento bom, e futuramente quando a criança olhar para a mãe e vir um sorriso no seu rosto ela se sentirá bem. Esse mecanismo é apontado como importante para despertar a empatia em crianças muito novas (Hoffman, 2000).

A associação direta está relacionada com o fato da pessoa sentir empatia em direção a uma vítima, devido ao fato de já ter passado por uma situação de angústia semelhante, fazendo com que o observador tenha um sentimento congruente com a experiência atual da outra pessoa (Hoffman, 2000).

Na associação mediada ocorre a mediação verbal, na qual o estado emocional da vítima é comunicado através do uso da linguagem. Essa mediação acontece quando a outra pessoa não está presente mas a sua situação é relatada a partir de textos, fazendo com que o sujeito sinta empatia por outra pessoa a partir da compreensão da mensagem lida (Hoffman, 2000).

O quinto modo de despertar a empatia seria através do *role taking*, este processo requer um nível mais avançado de processamento cognitivo, pois consiste em se colocar cognitivamente no lugar da outra pessoa e imaginar como ela se sente diante de determinada situação. Neste processo o sujeito pode lembrar de situações parecidas que já vivenciou, e evocar sentimentos equivalentes com os da vítima (Hoffman, 2000).

A empatia pode então ser despertada de diferentes maneiras, a importância dela ser multideterminada ocorre devido o sujeito poder sentir empatia por outra pessoa a partir de diferentes pistas disponíveis, tais como a expressão facial, o tom da voz, o relato da situação de alguém em sofrimento, entre outras (Hoffman, 2000).

Além disso, diversos mecanismos podem atuar ao mesmo tempo para desencadear e manter o processo empático. Por exemplo: o sujeito pode sentir empatia ao ver a expressão de alguém em sofrimento, e essa empatia ser mantida a partir das experiências passadas que o próprio indivíduo já vivenciou (Hoffman, 2000).

Segundo Hoffman (2000) o desenvolvimento da empatia está relacionado diretamente com o desenvolvimento sócio-cognitivo da criança, mais especificamente ao processo de diferenciação do self que permite a compreensão de que o sujeito difere de outras pessoas.

Esse autor propõe a existência de quatro estágios no processo de diferenciação do self: *confusão entre a diferenciação entre o eu e o outro*, nessa fase o bebê não consegue fazer uma diferenciação entre ele e os outros; *consciência de que o eu e o outro são fisicamente separados*, neste estágio existe a consciência apenas física de que o outro difere do sujeito; *consciência de que o eu e o outro possuem estados internos diferentes*, nesse momento o indivíduo consegue perceber que os outros possuem emoções e sentimentos diferentes dos seus; e *a consciência de que o eu e o outro possuem suas próprias histórias e identidade*, nessa etapa o sujeito consegue transcender o momento presente e perceber que a história do outro é diferente da sua.

O desenvolvimento da diferenciação do self interage com os afetos empáticos através das diversas maneiras de despertar a empatia e resulta no esquema de desenvolvimento empático composto por quatro estágios: *Empatia global, empatia egocêntrica, angústia empática e angústia simpática* (Hoffman, 2000).

No primeiro estágio do desenvolvimento da empatia, a criança não consegue se distinguir do outro, então ela é capaz de experienciar a angústia do outro como se fosse sua. O bebê ao ver outra criança chorando começa a chorar, sendo esta ação o resultado de observar o outro numa situação de desconforto. Esse choro é considerado como um precursor rudimentar da empatia, porque o bebê responde a angústia do outro sentindo angústia em si mesmo, já que ele percebe o outro como estando conectado a si mesmo (Hoffman, 2000).

À medida que a criança vai se desenvolvendo ela consegue perceber que ela e o outro são diferentes fisicamente, e os choros instantâneos e agitados não acontecem mais, pois antes de reagir à angústia do outro a criança primeiro analisa os sinais do sofrimento da outra pessoa (Hoffman, 2000).

Na empatia egocêntrica, a criança ao ver o outro em sofrimento tenta se engajar em ações que buscam aliviar a sua própria angústia. Dessa maneira, a criança ao ver alguém em uma situação desconfortável tenta ajudá-la com ações que aliviam a sua própria angústia quando está na mesma situação.

Um exemplo seria quando a criança vê alguém se machucando, ela chama a sua própria mãe para confortar o outro. A motivação para ajudar o outro está na busca para aliviar a sua própria angústia, por isso é denominada empatia egocêntrica (Hoffman, 2000).

Durante o desenvolvimento, o sujeito percebe que seus estados internos são diferentes dos estados internos dos outros, então ele entende que possui seus próprios desejos, intenções e sentimentos. Dessa maneira, o indivíduo é capaz de tomar a perspectiva de alguém que está em sofrimento e refletir sobre como o outro se sente diante da situação (Hoffman, 2000).

Além disso, o relato da situação de determinado sujeito ou grupo pode causar angústia empática no indivíduo, pois a capacidade de compreender a história de outra pessoa possibilita o acesso a outras pistas situacionais que podem desencadear empatia no indivíduo (Hoffman, 2000). Um exemplo disso seria o fato do sujeito ver alguém em uma cadeira de rodas e poder sentir tristeza por refletir como deve ser difícil o cotidiano de alguém que possui alguma limitação, essa tristeza pode acontecer ao observador, mesmo que o cadeirante esteja feliz no presente momento.

Com o passar do tempo a angústia empática é transformada qualitativamente em angústia simpática, nesse momento o sujeito tem um desejo de ajudar o outro, e essa motivação não é devido ao anseio de aliviar a sua própria angústia, mas seria um desejo pró-social verdadeiro (Hoffman, 2000).

A principal diferença entre a angústia empática e angústia simpática seria o fato de que a primeira está mais centrada no self, então mesmo que o sujeito emita comportamentos de ajuda em direção ao outro essas ações teriam uma motivação mais egoísta, pois buscam aliviar a angústia do próprio sujeito. Por outro lado, a angústia simpática estaria relacionada com uma motivação mais altruísta, pois o desejo do sujeito seria primariamente aliviar a angústia do outro (Hoffman, 2000).

Batson, Fultz e Schoenrade (1987) também propõem a existência de duas formas de motivação que levaria o sujeito a ajudar o outro, apontando que uma motivação seria mais egoísta e a outra seria mais altruísta. Quando o desejo para ajudar é despertado pela angústia pessoal, a ação seria mais voltada para aliviar a angústia do próprio sujeito, desse modo o objetivo final da ação estaria no bem estar do indivíduo, sendo portanto uma motivação mais egoísta. Por outro lado a angústia simpática levaria a uma motivação mais altruísta em que o objetivo final da ação seria promover o bem estar do outro.

Os estudos empíricos que demonstram a relação entre empatia e comportamentos pró-sociais foram explanados na sessão anterior, com o intuito de não se tornar repetitivo, o tópico a seguir terá o objetivo de relatar sobre a relação entre empatia e a autoconsciência e expor as evidências empíricas de tal relação.

4.2 Relações entre Empatia e Autoconsciência

Segundo Bekoff (2002), para discutir sobre a empatia é necessário considerar as noções sobre o desenvolvimento da autoconsciência, além disso Gallup e Platek (2002), apontam que as instâncias cognitivas da empatia seriam subproduto da autoconsciência. Essas afirmações sugerem que a empatia e a autoconsciência estariam relacionadas, de alguma forma, durante o desenvolvimento.

Para melhor compreender como a autoconsciência e a empatia se relacionam, é necessário falar brevemente sobre a autoconsciência. A autoconsciência diz respeito ao estado em que o sujeito mantém o foco da atenção em si mesmo, sendo portanto, o objeto de sua própria atenção, e a partir disso ele pode ter conhecimento sobre seus estados internos, seus julgamentos, e seus pensamentos (Duval e Wicklund, 1972; Morin, 2002).

Segundo Rochat (2003), o desenvolvimento da autoconsciência está diretamente ligado a relação do sujeito com a sua imagem no espelho, e neste processo o sujeito inicialmente remete a imagem do espelho aos aspectos observáveis do self e com o passar do tempo o indivíduo consegue se reconhecer enquanto agente cognitivo e se torna capaz de discriminar seus aspectos mais implícitos e privados dos aspectos de outra pessoa. Quando o sujeito tem ciência de seus próprios aspectos internos, um caminho é aberto para que ele alcance um conhecimento inferencial sobre os estados internos dos outros (Gallup & Platek 2002). Desse modo, a autoconsciência seria necessária para o sujeito poder compreender o que o outro sente e ser capaz de ter uma resposta empática mais adequada a situação do outro.

De acordo com Gallup e Platek (2002), variações na capacidade de reconhecer a si mesmo no espelho (autoconsciência) devem prenunciar variações na capacidade de entender como o outro se sente. Para estes autores, os aspectos cognitivos da empatia e a autoconsciência estariam tão relacionadas que mudanças em uma provocariam alterações na outra.

Além disso, é importante lembrar que de acordo com Hoffman (2000) o desenvolvimento da empatia está entrelaçado com o processo de diferenciação do self, ou seja, a distinção entre o eu e o outro. Sendo apontado por este autor, que o sujeito tenderá a ser mais empático e se comportar de modo mais pró-social em direção ao outro quando o processo de diferenciação do self for alcançado.

Dessa maneira, supõe-se que quanto mais o sujeito seja autoconsciente, reconhecendo que seus sentimentos, seus pensamentos e suas emoções são distintos dos outros, mais ele tenderá a compreender os estados internos dos outros.

Mesmo sendo apontado na literatura que o desenvolvimento da Empatia estaria relacionado com a autoconsciência, poucas pesquisas têm sido realizadas com o objetivo de observar tal relação empiricamente, além disso não foi encontrada nenhuma pesquisa que buscasse averiguar a relação entre empatia e autoconsciência em crianças.

Dentre as pesquisas desenvolvidas em adultos para verificar a relação entre empatia e autoconsciência pode-se destacar a realizada por Joireman, Parrott e Hammersla (2002), eles objetivaram examinar se a autoconsciência privada está em conflito com a empatia, e como a autoconsciência ruminativa e reflexiva se relacionam com as dimensões da empatia proposta por Davis (1983): *angústia pessoal, consideração empática e tomada de perspectiva*.

Os participantes responderam três escalas: o *Interpersonal Reactivity Index*, desenvolvido por Davis (1983) que mede empatia, o *Rumination-Reflection Questionnaire (RRQ)* desenvolvido por Trapnell e Campbell (1999) para averiguar a autoconsciência reflexiva e ruminativa e a *Self-Esteem scale* desenvolvida por Rosenberg (1965) que avalia auto-estima.

Os resultados demonstraram que a autoconsciência ruminativa se relacionou negativamente com a tomada de perspectiva e positivamente com a angústia pessoal. Por outro lado, a autoconsciência reflexiva se relacionou positivamente com as dimensões tomada de perspectiva e consideração empática, demonstrando que as dimensões da empatia se relacionam de modo diferente com a autoconsciência ruminativa e reflexiva.

De maneira geral, os resultados da pesquisa de Joireman, Parrott e Hammersla (2002) sugerem que a autoconsciência interfere na habilidade do sujeito de ser empático com o outro, demonstrando que as pessoas mais autoruminativas tendem a ser menos empáticas. Por outro lado, os indivíduos que são mais autoreflexivos tendem a ser mais empáticos com os outros.

4.3 Maneiras de mensurar Empatia

A empatia tem sido avaliada de diferentes maneiras ao longo do tempo, podendo ser destacado o uso de questionários, autorelatos, índices fisiológicos, índices somáticos, e histórias ilustradas (através de fotos, imagens, e vídeogravação). Cada um desses métodos possui suas vantagens e desvantagens (Eisenberg & Fabes, 1990). A seguir será explanado sobre essas medidas, destacando os aspectos positivos e negativos de cada um.

Segundo Batson (1987) a utilização da técnica de autorelato apresenta algumas vantagens que parecem óbvias. Primeiro, seria devido a facilidade de administrar tal método, pois exige a utilização de materiais de baixo custo como lápis e papel, e a facilidade de poder ser realizado em um curto período de tempo. A segunda vantagem é que essa medida fornece dados sobre a empatia de modo menos difuso, quando comparada a outros métodos, como o uso de índices fisiológicos.

Por outro lado, o uso do autorelato apresenta algumas desvantagens como: a necessidade que o sujeito esteja consciente sobre qual sentimento ele está sentindo e consiga relatar tal sentimento de modo fidedigno. Essas desvantagens podem ser vistas, principalmente, quando tal método é aplicado em

crianças, especialmente nas muito novas, pois elas podem não ter desenvolvido ainda habilidades linguísticas suficientes para expressar os seus estados emocionais (Batson, 1987).

Além disso, crianças podem não conseguir diferenciar os estados emocionais que são muito parecidos, como a angústia empática e a angústia simpática, e verbalizarem como sendo a mesma emoção (Batson, 1987). De acordo com Eisenberg e Fabes (1990), a desejabilidade social seria outra característica negativa da medida de autorelato, pois os sujeitos podem responder de acordo como querem ser vistos pelos outros, e não realmente expressando os seus sentimentos e emoções.

Os métodos que utilizam os índices somáticos, destacando as expressões faciais, apresentam como principal vantagem o fato de serem facilmente acessíveis e a confiabilidade da universalidade das respostas emocionais faciais. Além disso, este tipo de medida diminui os efeitos da desejabilidade social, pois os dados podem ser coletados através de câmeras escondidas e sem a presença do pesquisador (Eisenberg & Fabes, 1990).

No entanto, existem algumas desvantagens referentes aos índices somáticos, pois as expressões faciais podem ser falsificadas por sujeitos que naturalmente inibem as suas expressões (Eisenberg & Fabes, 1990). Outra desvantagem seria que essa medida exige um maior nível de interpretação do pesquisador em relação aos dados provenientes dos diferentes tipos de reações emocionais (Sampaio, 2007).

Outra medida bastante utilizada é o questionário, a vantagem deste tipo de instrumento está na facilidade de aplicação e por demandar pouco tempo. Dentre os questionários mais utilizados para avaliar empatia de maneira multidimensional, em adultos, está o *Interpersonal Reactivity Index* (IRI) de Davis (1983) o qual tem sido validado e utilizado por pesquisadores de diferentes países (Siu & Sheck, 2005; Koller, Camino & Ribeiro 2001; Sampaio, Guimarães, Camino, Formiga & Menezes, 2011; Pérez-Albéniz, Etxeberria, Montes & Torres, 2003; Escrivá, Navarro & Garcia, 2004). Este instrumento é composto por duas subescalas cognitivas (tomada de perspectiva e fantasia) e duas subescalas afetivas (consideração empática e angústia pessoal). Sendo constituído por 28 itens no total, as respostas dos sujeitos em cada item podem variar numa escala likert de cinco graus (1= “Não me descreve bem”; 5= Descreve-me muito bem). O IRI é considerado um instrumento completo porque mensura a empatia de modo multidimensional, considerando tanto os aspectos afetivos como os aspectos cognitivos.

Um questionário bastante utilizado em crianças é o *Index of Empathy for Children and Adolescent* desenvolvido por Bryant (1982) o qual foi validado no Brasil por Koller, Camino e Ribeiro (2001), sendo constituído por 22 itens que são lidos para a criança e ela pode concordar ou não. As respostas empáticas são pontuadas com 1 ponto e as não empáticas com nenhum ponto. Desse modo a criança que obtém uma maior pontuação é considerada como mais empática.

Outra medida muito usada para avaliar empatia em crianças é a história ilustrada, esta consiste em narrativas em que o personagem da história vivencia alguma situação que desencadeia sentimento (tristeza,

alegria, raiva, entre outros), e depois é questionado para a criança o que a personagem sentiu e como ela se sentiria no papel da personagem (Strayer, 1987).

As vantagens desse tipo de medida são: o fato de necessitar de pouco treinamento do pesquisador e exigir menos tempo na aplicação do instrumento (Strayer, 1987) Além disso, esse tipo de instrumento tem como positivo: a aplicação não ser cansativa para a criança e cativar a sua atenção através das ilustrações, quando comparada com outros métodos como os questionários. Esta forma de avaliar empatia seria vantajosa porque pode ser utilizada em crianças menores, já que não requer a habilidade de leitura, sendo esta necessária para as escalas auto-avaliativas (Feshbach & Roe, 1968; Lavine & Hoffman, 1975)

Por outro lado, as desvantagens do uso de histórias ilustradas são: a desejabilidade social, a dificuldade de crianças muito pequenas expressarem seus sentimentos para um estranho, o problema em relação a falar sobre seu sentimento, pois a criança pode relatar verbalmente que está sentindo algo, no entanto seu estado interno não ser correspondente com o que ela fala (Strayer, 1987). Essas dificuldades podem ser amenizadas se o pesquisador proporcionar um ambiente em que a criança se sinta segura e confiante para descrever os seus sentimentos.

Como foi exposto, diversas medidas são utilizadas para mensurar empatia, e todas apresentam vantagens e desvantagens. Desse modo, é necessário que o pesquisador selecione o instrumento que considere ser mais adequado para a faixa etária que será estudada e para alcançar os objetivos pretendidos.

4.4 Estudos empíricos em crianças

A empatia tem sido estudada em crianças desde os primeiros anos de vida até a idade adulta, essas pesquisas são realizados com o intuito de obter uma compreensão mais ampla a respeito do desenvolvimento desse aspecto psicológico e a sua importância para a vida em sociedade. Nesta sessão serão relatados estudos que são, de alguma maneira, relevantes para a presente pesquisa, seja referente às questões metodológicas ou a faixa etária estudada.

Pode ser observada a utilização de questionários para avaliar a empatia em crianças muito pequenas. Rieffe, Ketelaar e Wiefferink (2010) desenvolveram seu estudo com o intuito de observar as propriedades psicométricas da escala *Empathy Questionnaire* (EmQue), comparando suas relações com outra escala e duas tarefas.

O EmQue é constituído por 20 itens e três fatores: *Contágio, Atenção para os sentimentos dos outros e Ações pró-sociais*. Além desse questionário, os pais responderam também a outra escala que avalia habilidades de regulação emocional e social em crianças entre 1 a 5 anos de idade. Para obter dados

através da observação, as crianças foram submetidas a duas tarefas, sendo uma de regulação emocional e outra de teoria da mente.

Em relação as propriedades psicométricas, os resultados demonstraram que as três escalas do EmQue apresentaram correlações significativas entre si. Além disso, foi observado que as subescalas do EmQue se correlacionaram com a outra escala que avaliava as habilidades de regulação emocional e social. Os resultados desse estudo sugerem que os dados obtidos a partir dos relatos dos pais, podem ser eficazes para identificar características fundamentais da empatia em crianças muito pequenas.

Outro estudo que também utilizou questionário para mensurar empatia foi o desenvolvido por Findlay, Girardi e Coplan (2006), estes autores buscaram observar as relações existentes entre empatia, comportamento social, e compreensão social em crianças. Para avaliar empatia, foi utilizada a *Child Empathy Scale* desenvolvida por Eisenberg *et al.* (1998), esta é uma escala composta por 6 itens, e é respondida pelas mães das crianças para acessar a empatia dos seus filhos. As mães também responderam a escala *Child Social Preference*, para avaliar o comportamento social das crianças, e neste estudo foi dada uma atenção especial a subescala que acessava timidez.

Por fim, completaram o *Preschool Behavior Questionnaire* desenvolvido por Behar e Stringfield (1974) que mede as competências e os problemas comportamentais em crianças pequenas, neste estudo o interesse era a agressividade. Além disso, as crianças foram entrevistadas com o uso de vinhetas hipotéticas que apresentavam crianças do mesmo sexo se comportando de várias maneiras com os seus pares.

Os resultados demonstraram que as crianças empáticas tiveram uma tendência a ter escores menores de timidez e agressividade e que tendiam a ser mais pró-sociais, quando comparadas com as crianças menos empáticas. Desse modo, esses dados sugerem que as crianças empáticas são mais socialmente sensíveis e que a empatia pode ajudar a criança muito nova a lidar com o seu mundo social.

Cecconello e Koller (2000) desenvolveram seu estudo com o intuito de avaliar a competência social e a empatia em crianças escolares que vivem em situação de pobreza. Para tanto crianças entre 6 a 9 anos participaram do estudo, e foram submetidas a uma entrevista inicial com a aplicação da escala de Bryant (1982) para mensurar a empatia e o teste de histórias incompletas desenvolvido por Mondell e Tyler (1981) para avaliar a competência social das crianças, este teste consiste em 15 histórias incompletas que envolvem situações de interações entre crianças, seus pais, professores e colegas e ao final é solicitado que o participante atribua um final para as histórias.

Os resultados demonstraram que as meninas tendem a ser mais empáticas e têm um maior escore de competência social quando comparada aos meninos. Foi constatado também que as crianças mais velhas são mais competentes socialmente do que as crianças mais jovens. Além disso, foi observado que as crianças mais empáticas tendiam a ser mais competentes socialmente. De modo geral esses dados sugerem

que a empatia e a competência social favorecem a adaptação da criança a um ambiente com fatores de risco, e possibilita a resiliência e a diminuição da vulnerabilidade na situação de pobreza.

Feshbach e Roe (1968) desenvolveram o estudo pioneiro com o uso de histórias ilustradas para avaliar empatia. Eles tinham como objetivo observar se a similaridade entre o sexo da criança participante e o sexo da criança relatada na história iria interferir no comportamento empático.

Para tanto, as crianças entre 6 a 7 anos, escutaram histórias com teor emocional, estas foram relatadas com o auxílio de figuras, em determinadas situações o sexo da criança e da personagem eram semelhantes e em outras ocasiões eram diferentes. Após cada sequência relatada era questionado para a criança como ela se sentia, e como a personagem da história se sentia.

Os resultados demonstraram que as meninas tinham um escore maior de empatia quando a personagem principal da história era do mesmo sexo, de modo semelhante foi observado que os meninos tinham um escore maior na empatia quando a personagem da história era do mesmo sexo. Esses dados sugerem que os sujeitos tendem a ser mais empáticos com aqueles que são mais parecidos com eles, e que diferenças acentuadas entre os indivíduos tendem a reduzir a empatia.

Levine e Hoffman (1975) desenvolveram seu estudo também utilizando a série de slides proposta por Feshbach e Roe (1968) que avalia empatia através de história ilustrada. Eles objetivaram observar a relação entre empatia e cooperação em crianças muito novas, com 4 anos de idade. As crianças responderam a tarefa desenvolvida por Feshbach e Roe (1968) para observar o nível de empatia, além disso realizaram a atividade proposta por Kagan e Madsen (1971) que consiste em um jogo no qual a criança joga contra seu parceiro, e tem a oportunidade de ser competitivo ou cooperativo.

Os resultados desse estudo demonstraram que as meninas tiveram um escore maior no nível de empatia quando comparada com os meninos. Por outro lado, não foi encontrada relação positiva entre empatia e cooperação. Esse dado pode ser justificado porque as crianças muito novas podem aprender habilidades cooperativas, porém ainda não conseguem colocar em prática, desse modo mesmo que a criança tenha altos níveis de empatia ela não consegue se comportar de modo cooperativo. Esses dados sugerem que em idades muito precoces a empatia não iria interferir no comportamento pró-social.

Outro estudo que utilizou histórias ilustradas para avaliar empatia foi o desenvolvido por Marcus, Telleen e Roke (1979). Este estudo objetivou verificar a relação entre empatia e cooperação entre crianças de 3 a 5 anos de idade. Para avaliar a cooperação, as crianças foram observadas por quatro observadores treinados e as suas ações foram consideradas cooperativas quando: envolvia o uso de algum objeto comum com outra criança, ocorria a troca de objetos, entre outros aspectos.

Além disso, foi utilizada uma escala de 7 pontos, que foi respondida pelos professores e os observadores, as crianças poderiam ser classificadas desde extremamente cooperativas até extremamente individualistas. A empatia foi avaliada a partir do uso de histórias ilustradas, com o uso da tarefa

desenvolvida por Feichbach e Roe (1968). Foi constatado que a empatia se relacionou positivamente com a cooperação quando esta foi avaliada a partir da escala. Esse dado sugere que a empatia pode facilitar a emissão de comportamentos pró-sociais em crianças ainda muito novas.

Na presente pesquisa foram utilizadas duas histórias ilustradas desenvolvida pela própria autora com base em dois itens da Escala de Bryant (1982). A opção por escolher tal medida se dá devido a eficácia dessa escala para mensurar empatia em crianças a partir dos 6 anos. Dessa maneira como a presente pesquisa envolve uma faixa etária com idade menor, optou-se por desenvolver as histórias ilustradas levando em consideração os dois itens pertencentes a escala.

5. Delimitação do problema de pesquisa

É importante explicitar e detalhar como as teorias apresentadas nas sessões anteriores fornecem embasamento para supor que a Autoconsciência se relacione com o comportamento pró-social e a empatia, e que a empatia se relacione com o comportamento pró-social durante a infância.

Duval e Wicklund (1972) afirmam que no estado que o indivíduo está autoconsciente, ele consegue acessar os padrões de correção mais facilmente e que ele percebe quando existe discrepância entre o que deve ser feito e o seu comportamento, nesse momento um estado afetivo negativo é gerado.

O indivíduo mais autoconsciente tenderá a agir de acordo com os modelos e padrões que são considerados corretos dentro da sociedade. Essa afirmação permite supor a relação entre autoconsciência e comportamento pró-social, pois segundo Vallacher e Solodky (1978) os padrões de correção pertencem tipicamente ao campo de estudo da moralidade e do comportamento pró-social. Dessa maneira supõe-se que quanto mais o sujeito esteja autoconsciente mais ele irá acessar os padrões de correção, e tenderá a emitir um comportamento mais pró-social em direção ao outro.

Conjetura-se também que a autoconsciência estaria relacionada a outros aspectos cognitivos, como a empatia. Hoffman (2000) afirma que o desenvolvimento da empatia está diretamente ligado ao processo de diferenciação do self o qual permite a compreensão de que o sujeito se difere das outras pessoas. Essa declaração fornece aparatos teóricos para supor que o desenvolvimento da empatia está entrelaçado ao desenvolvimento da autoconsciência. Desse modo supõe-se que quanto mais o sujeito seja autoconsciente mais respostas empáticas ele tenha em direção a outra pessoa.

Acredita-se também que a empatia está relacionada com o comportamento pró-social, pois autores como Hoffman (2000), Eisenberg e Miller (1987), e Batson (2008) tem apontado que a empatia teria o papel de motivar o comportamento pró-social, já que ela torna o sujeito capaz de despertar o interesse por outras pessoas e compreender o que o outro está sentindo numa situação de sofrimento. Além disso,

diversos estudos têm demonstrado empiricamente que existe uma relação entre empatia e comportamento pró-social.

Dessa maneira, a presente pesquisa busca verificar empiricamente se existe relações entre a autoconsciência, empatia e comportamento pró-social durante a infância, tal como evidências na literatura consultada nos autorizam a supor.

Além disso, o presente estudo tem como meta mapear e fornecer dados normativos sobre o desenvolvimento da autoconsciência durante a infância. Esse objetivo se justifica no fato de que as pesquisas com crianças, de maneira geral, se detêm a investigar a autoconsciência até os 2 anos de idade, pois nesta idade é evidenciado que a criança apresenta autoconsciência, e não exploram como a autoconsciência se desenvolve após os dois anos de idade. Ademais, não investigam em que momento do desenvolvimento humano ocorre a diferenciação entre autoconsciência pública-privada. Dessa maneira, busca-se cobrir uma lacuna existente em relação as pesquisas de autoconsciência, pois será explorado o seu desenvolvimento dentro de uma faixa etária que não foi pesquisada anteriormente.

Por fim, será investigada a ontogênese da empatia, autoconsciência e comportamento pró-social conjuntamente, permitindo verificar se esses constructos se relacionam desde idades precoces até o início da pré-adolescência.

6. Hipóteses:

- Supõe-se que maiores níveis de empatia estarão relacionados a maiores níveis de autoconsciência e maiores quantidades na emissão de comportamento pró-social.
- Conjetura-se que as crianças mais velhas apresentarão maiores níveis de Autoconsciência, Empatia e Comportamento Pró-social.
- Presume-se que as meninas terão maiores níveis de Empatia, Comportamento pró-social.

7. Objetivos

Objetivo Geral:

- Mapear a organização das dimensões da autoconsciência na infância e identificar quais tipos de relações se estabelecem entre Autoconsciência, Comportamento Pró-social e Empatia em crianças.

Objetivos específicos:

- Mapear a organização das dimensões da autoconsciência pública e privada na infância.
- Observar as interações entre Autoconsciência e Comportamento pró-social ao longo da infância.
- Descrever as interações entre Autoconsciência e Empatia ao longo da infância.
- Mapear as interações entre Comportamento pró-social e Empatia ao longo da infância.
- Observar a influência das variáveis idade e sexo em relação a Autoconsciência, Comportamento pró-social e Empatia ao longo da infância.

8. Método

8.1. Amostra

Foi composta por 70 crianças, estudantes de duas escolas particulares na cidade de Petrolina-PE, na faixa etária de 5 a 10 anos de idade, de ambos os sexos, sendo 33 meninos e 37 meninas. A amostra foi subdividida da seguinte maneira: 21 crianças entre 5 a 6 anos, 30 crianças entre 7 a 8 anos, 19 crianças entre 9 a 10 anos. Essa subdivisão ocorreu, pois a pesquisa teve o intuito de averiguar como ocorria as interações dos construtos principais ao longo desse período de tempo. A amostra foi por conveniência, participaram do estudo as crianças que trouxeram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo C) devidamente assinado pelos seus responsáveis.

8.2. Instrumentos

O instrumento para avaliar **Autoconsciência** consistiu numa tarefa desenvolvida por Nascimento (2013) (Anexo A). A Tarefa de Autoconsciência Fenomenal visa eliciar um estado de autoconsciência fenomenal em crianças, propiciando um autorelato a partir de pergunta indutora, cujas respostas podem ser quantificadas e tipificadas em termos de autofoco público e autofoco privado. Foram utilizados nessa tarefa os seguintes materiais: Fita adesiva larga e colorida, mesa e cadeira da altura da criança, um espelho pequeno oval, que foi fixado na mesa, o qual capturou apenas a face da criança, e um espelho em formato retangular, grande, cerca de um metro e meio, que foi colocado na vertical em ângulo perfeito de 90^o da posição esperada.

O **Comportamento pró-social** foi mensurado através de uma tarefa, o jogo ditatorial, este é caracterizado por a criança receber bens – moedas, doces, adesivos - e fazer com eles o que desejar. A criança tem a oportunidade de doar uma quantidade dos seus bens para uma outra criança (fictícia). No presente estudo foram utilizados adesivos como recurso do jogo ditatorial, a criança recebeu quatro adesivos de personagens da Disney, e teve a oportunidade de doar adesivos para outra criança (fictícia). Vale ressaltar que esses adesivos passaram por um teste de valoração com 30 participantes, durante o qual as crianças usaram uma escala *likert* com cinco graus (1 = Muito triste e 5 = Muito feliz) para avaliar o

quanto elas gostavam dos adesivos. Todas relataram que gostariam de ganhar os quatro adesivos, sendo que 77% das crianças afirmaram que ficariam muito felizes se ganhassem os quatro adesivos.

Para avaliar **Empatia** foram utilizadas duas historinhas com o uso de figuras (Anexo B), as quais foram construídas pela própria pesquisadora do presente estudo, tendo como base quatro itens da escala de Bryant (1982). Durante a construção das historinhas levou-se em consideração situações que fossem parecidas com eventos cotidianos das crianças. Os itens 1 e 12 da escala de Bryant serviram como base para a primeira Historinha, os quais eram, respectivamente: *Fico triste de ver uma menina que não encontra alguém com quem brincar e Fico triste de ver um menino que não encontra alguém com quem brincar*. A historinha foi a seguinte: *Carol/Lucas era aluna (o) nova na escola e estava na primeira semana de aula. Ela (e) estava empolgada com a nova escola. Era a hora do recreio e todas as crianças estavam brincando com os seus coleguinhas. Porém Carol/Lucas não encontrou nenhuma criança que quisesse brincar com ela*.

A segunda historinha foi feita com base nos seguintes itens da escala de Bryant: *Eu fico aborrecido quando vejo uma menina sendo machucada e Eu fico aborrecido quando vejo um menino sendo machucado*. A historinha desenvolvida foi a seguinte: *Era feriado e Samuel/Marina pediu a sua mãe para andar de bicicleta. Após a permissão ele saiu passeando entusiasmado, pois realmente gostava de andar de bicicleta. Quando de repente, alguns meninos chegaram e derrubaram Samuel da bicicleta. Ele caiu e se machucou*. As histórias foram contadas com o uso de figuras para facilitar a compreensão.

8.3. Procedimentos

A Coleta de dados foi realizada na escola onde as crianças estudam, e ocorreu individualmente uma única sessão. Uma sala, na qual não ocorria interrupções, foi solicitada previamente à coordenadora da instituição.

A tarefa de autoconsciência se deu da seguinte maneira: Após as crianças se observarem durante 30s em cada um dos espelhos, o experimentador conduziu a criança a sentar-se e retirando os espelhos do campo visual da criança, deu a mesma a seguinte instrução:

“Fulano (nome da criança), do outro lado da cidade existe uma escola bem parecida com a sua e as crianças que estudam lá estão com muita vontade de conhecer e fazer amizade com as crianças daqui. Se elas estivessem aqui agora e perguntassem sobre quem é você, o que você diria a elas e a mim sobre você para que nós pudéssemos te conhecer melhor? Quem é Fulano (nome da criança)?”. Após o término do autorelato, o experimentador solicitou um complemento do autorelato com a instrução a seguir:

“Fulano (nome da criança), você disse tudo que veio à sua cabeça agora sobre quem é você? Você pode dizer mais coisas sobre você se quiser, para que eu e as crianças da outra escola possamos te conhecer melhor.” Após esse momento, encerrou-se o procedimento.

Na tarefa de comportamento pró-social, a criança foi questionada se ela gostava de adesivos, e como ela ficaria se recebesse 4 cartelas de adesivos, após esse momento a criança recebeu as cartelas de adesivos e foi dada a seguinte instrução: *“Estes adesivos são seus agora, você terá a oportunidade de doar esses adesivos para uma outra criança que virá aqui mais tarde. Se você desejar doar 1, 2,3 ou 4 adesivos, a quantidade doada deve ser colocada nesse envelope. Mas lembre-se que todos os adesivos são seus e que você pode fazer com eles o que desejar.* Depois dessa instrução a criança teve a oportunidade de doar os adesivos para a outra criança. Após esse momento foi apresentado um outro envelope, e foi dito que nele estava os adesivos que foram doados por outra criança, e então foi questionado quantos adesivos deveriam ter sido doados pela outra criança.

Na tarefa de empatia, as historinhas foram relatadas para a criança com o auxílio das figuras, e foi solicitado que a criança contasse a historinha para a pesquisadora, para verificar se a criança compreendeu. Se a criança demonstrasse que não entendeu, a pesquisadora relatava novamente, após ocorrer a compreensão da historinha, foram feitas as seguintes perguntas: (1) *O que você sentiu após ouvir a história?;* (2) *O que o personagem da historinha sentiu?;* e, (3) *Se fosse você na historinha o que você sentiria?*

A aplicação dos instrumentos foi randomizada, para que não ocorressem efeitos de ordem das tarefas. As respostas das crianças foram áudiogravadas e transcritas para as análises.

8.4. Análise de dados

Em relação a tarefa de autoconsciência, a partir da análise de conteúdo fenomenal encontrou-se, no transcrito de cada auto-afirmação da criança, aspectos referentes a autoconsciência pública e autoconsciência privada.

Essa análise de cada autorelato foi realizada por três juízes, esses juízes trabalharam independentemente, atingindo 97% de concordância em relação a classificação de cada auto-relato.

Foi realizado o seguinte sistema de pontuação: 1 ponto para cada auto-afirmação relacionada a auto-aspecto público (aparência, comportamento, gestualidade, expressão: self público); 1 ponto para cada auto-afirmação relacionada a auto-aspecto privado (pensamentos, sentimentos, motivos, intenções, crenças, etc.: self privado); 0 ponto para quaisquer outras auto-afirmações não relacionadas a auto-aspectos público e/ou privado.

Em relação a comportamento pró-social, foi considerada a quantidade de adesivos que a criança doou para a outra criança. Serão classificados como comportamento pró-social o comportamento de doar pelo menos 1 adesivo para a outra criança, e não pró-social como o comportamento de não doar adesivos.

Quanto a empatia, a partir do uso das historinhas com figuras, as respostas das crianças seguiram a seguinte pontuação: 2 pontos quando a criança verbalizou uma resposta congruente com o sentimento disparador na história; 1 ponto quando ela relatava apenas as consequências físicas da situação e estas consequências eram esperadas; e 0 pontos quando demonstraram um sentimento diferente ao que era disparado pela história, e também quando as crianças afirmaram não saber o que dizer, em relação as perguntas das historinhas. As crianças foram classificadas como mais empáticas quando apresentavam uma pontuação maior.

Todos os dados foram tabulados, organizados e analisados através do programa SPSS (*Statistical Package Social Sciences 18.0*). Foram utilizadas técnicas de Estatística Descritiva (medidas de tendência central e dispersão), para caracterização do perfil dos participantes, e uso de testes não-paramétricos especialmente o uso do teste de Kruskal-Wallis, para entender a diferença entre os grupos, quanto ao sexo e idade. Além disso, foram utilizadas análises de correlação com o coeficiente de correlação de Spearman para compreender as possíveis relações entre os escores de Autoconsciência, Comportamento Pró-social e Empatia.

Por fim, realizou-se análises escalonares multidimensionais (MDS), as quais fornecem uma representação geométrica das relações entre um conjunto de variáveis (Roazzi & Dias, 2001) para aprofundamento da compreensão das interrelações entre todas as variáveis de interesse da pesquisa.

8.5. Considerações éticas

Inicialmente foi solicitada a carta de anuência, sendo exposto neste momento os objetivos do estudo para as diretoras das escolas. Após as escolas anuírem, as duas instituições foram visitadas e foi explicado os objetivos da pesquisa para os professores e para as crianças.

Participaram da pesquisa somente aquelas crianças que demonstraram interesse em participar e que trouxeram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo C) devidamente assinado por seus pais ou responsáveis legais. Além disso, durante o procedimento da coleta de dados, foi informado à criança que ela poderia desistir a qualquer momento do procedimento e isso não lhe causaria nenhum prejuízo.

Ressalta-se que o projeto foi submetido para apreciação ética do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (CEP/CCS/UFPE/ nº610.658). Além disso, todas as exigências éticas previstas na resolução nº 466/12 que regulamenta pesquisas em seres humanos foram cumpridas.

9. Resultados

Inicialmente foi aplicado o Teste de Kolmogorov-Smirnov para verificar a normalidade das variáveis. Sendo constatado que os dados não seguiam uma distribuição normal, foram utilizados testes não-paramétricos para realizar as análises, os quais são os indicados neste caso (Dancey & Reidy, 2006).

9.1. Autoconsciência

A autoconsciência foi medida a partir dos níveis de autoconsciência pública, autoconsciência privada e a autoconsciência total, esta última foi constituída a partir do computo da autoconsciência pública e privada.

O teste de Kruskal-Wallis foi utilizado para observar se as autoconsciências pública, privada e a total variaram em função da idade. O teste demonstrou que apenas a autoconsciência total variou junto com a idade. Para ser possível observar entre quais grupos etários existia diferença entre as médias de autoconsciência total, foi necessário realizar testes adicionais, pois a amostra estava subdividida em três grupos etários. Para isto, foi utilizado o teste U de Mann-Whitney, por meio do qual foram comparadas as faixas etárias duas a duas.

Os resultados indicaram que não houve diferença significativa ($Z = -1,215$; $p = ,224$) em relação a autoconsciência total entre as duas primeiras faixas etárias, ou seja, 5 a 6 anos (Média: 4,86 ; d.p: 2,351) e 7 a 8 anos (Média: 6,30; d.p: 3,476). Por outro lado, entre as faixas etárias 5 a 6 anos (Média: 4,86; d.p: 2,351) e 9 a 10 anos (Média: 8,53; d.p: 3,306) foi constatado que o nível de autoconsciência total variou significativamente ($Z = -3,415$; $p < 0,05$), sendo encontrado que as crianças mais velhas apresentaram um nível maior de autoconsciência total do que as crianças mais novas.

Além disso, as análises indicaram que a autoconsciência total diferiu entre os grupos etários 7 a 8 anos (Média: 6,30; d.p: 3,4676) e 9 a 10 anos (Média: 8,53; d.p: 3,306) de modo significativo ($Z = -2,246$; $p < 0,05$), demonstrando que as crianças entre 9 e 10 anos apresentaram um nível maior de autoconsciência total quando comparada com as crianças da faixa etária 7 a 8 anos. A figura 1 mostra as diferenças existentes nas médias de autoconsciência total entre as faixas etárias.

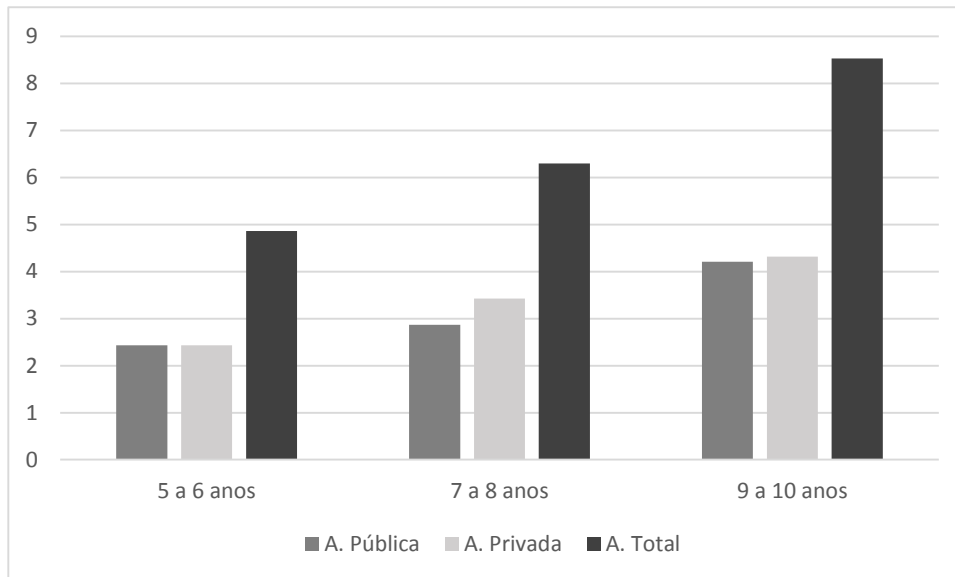


Figura 1: Nível das autoconsciências de acordo com a idade

Os resultados demonstraram que não houve influência da variável sexo em relação a autoconsciência pública, autoconsciência privada e a autoconsciência total ($p > 0,05$).

9.2. *Comportamento pró-social*

Conforme descrito anteriormente, foram classificadas como crianças pró-sociais aquelas que doaram um ou mais adesivos. Para observar se houve diferenças na quantidade de crianças pró-sociais decorrentes do sexo, foi aplicado o Teste Qui-quadrado.

Os resultados demonstraram que as meninas não diferiram dos meninos em relação ao comportamento pró-social ($p > 0,05$).

No que concerne a influência da idade, o teste Qui-quadrado foi utilizado para verificar se essa variável influencia o comportamento pró-social. A figura 2, apresentada a seguir, ilustra como a idade afetou o comportamento pró-social das crianças.

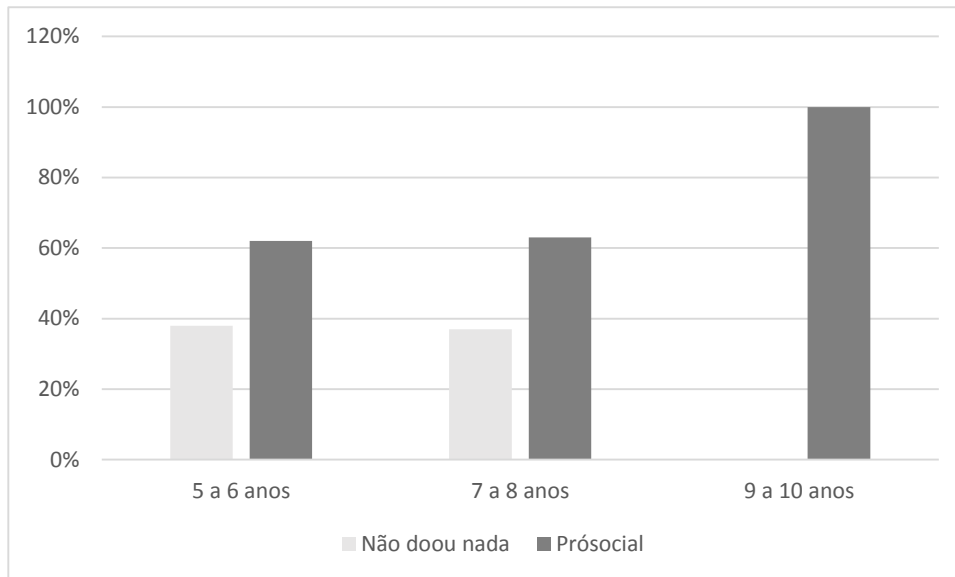


Figura 2: Porcentagem da emissão do comportamento pró-social de acordo com a idade

As análises demonstraram efeitos significativos da idade sobre o comportamento pró-social, sendo constatado que 62% das crianças entre 5 a 6 anos se comportaram de modo pró-social. Entre a faixa etária de 7 a 8 anos 63% foram pró-sociais, por fim entre as crianças de 9 a 10 anos 100% doaram pelo menos um dos seus adesivos ($p < 0,05$). Esses dados demonstram que a quantidade de crianças pró-sociais tendeu a aumentar junto com a idade, e que a quantidade de crianças não pró-sociais teve uma tendência a diminuir junto com a idade.

9.3. Empatia

O índice de empatia foi calculado a partir de cada uma das histórias que mensurava empatia, a historinha na escola e a historinha da bicicleta. Dessa maneira, foram criadas duas variáveis, empatia escola e empatia bicicleta, essas variáveis eram constituídas pelas três perguntas que compunham cada uma das histórias-estímulo. O teste de Wilcoxon foi aplicado para verificar se existia diferença significativa na média entre as duas histórias, os resultados indicaram que a média não variou significativamente nas duas histórias e por essa razão foi constituído um índice total da empatia somando o total das médias nas duas histórias.

O teste de Kruskal-Wallis foi aplicado para verificar se as variáveis sexo e idade influenciaram a empatia. Os resultados demonstraram que não houve diferença significativa entre meninos e meninas em relação ao índice total de empatia ($p > 0,05$) e nem aos escores obtidos em cada história separadamente.

No que concerne à idade, as análises evidenciaram efeitos significativos da idade sobre a empatia, porém para saber quais faixas etárias se diferenciaram foi aplicado o Teste de Mann-Whitney. Os resultados demonstraram a existência de uma diferença significativa ($Z = -3,870$; $p < 0,05$) entre os dois primeiros grupos etários (5 a 6 anos = Média: 6,33; d.p: 2,373 e 7 a 8 anos = Média: 9,53; d.p: 2,609), sendo observado que as crianças entre 7 a 8 anos apresentaram um maior nível de empatia quando comparada com as crianças na faixa etária entre 5 a 6 anos. Foi encontrado também uma diferença significativa ($Z = -4,178$; $p < 0,05$) entre as crianças de 5 a 6 anos (Média: 6,33; d.p: 2,373) e as crianças de 9 a 10 anos (Média: 9,95; d.p: 1,870), demonstrando que as crianças mais velhas apresentaram um nível maior de empatia quando comparada com as crianças entre 5 a 6 anos.

Não houve diferença significativa entre o segundo (7 a 8 anos) e o terceiro (9 a 10 anos) grupos etários ($Z = -1,125$; $p > 0,05$).

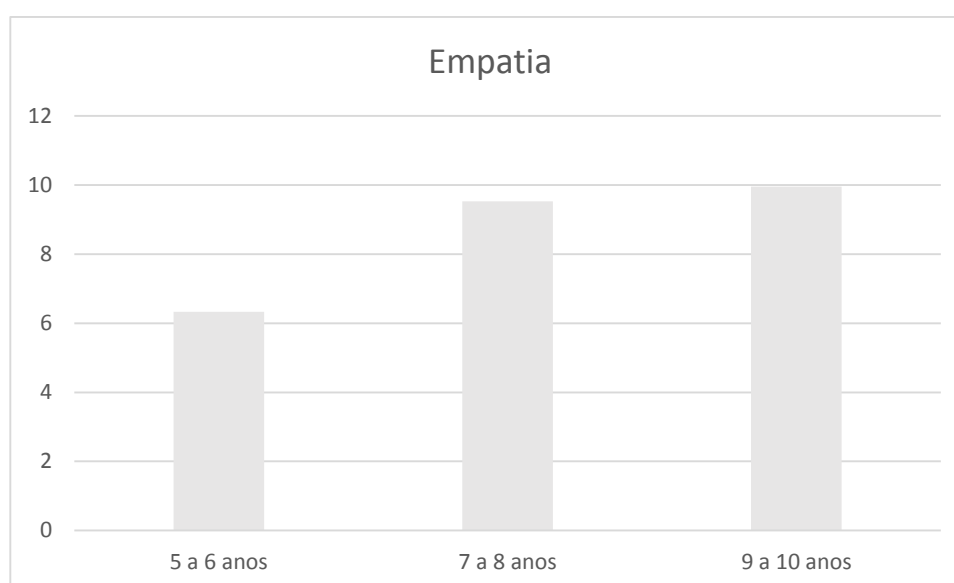


Figura 3: Empatia de acordo com a idade

Além dessas análises não-paramétricas, foi utilizada uma análise multidimensional não métrica o *Similarity Structure Analysis* (SSA - Análise da Estrutura de Similaridade, ver Roazzi, 1995) para averiguar a estrutura da empatia e suas proximidades com as variáveis idade e sexo.

Na investigação da estrutura conceitual da Empatia foram utilizadas três categorias propostas por Davis (1983) que constituem a empatia. A primeira se refere a um dos aspectos afetivos da empatia, a saber, *a angústia pessoal* que se refere a sentimentos de ansiedade e desconforto pessoal em contextos interpessoais tensos, essa angústia pessoal foi medida através da pergunta: “O que você sentiu ao ouvir a história”; as outras duas se referem a aspectos cognitivos da empatia, a saber, *Tomada de perspectiva*,

que diz respeito ao estado em que o sujeito toma o ponto de vista de outra pessoa, esse aspecto da empatia foi medido a partir da pergunta: “O que o personagem sentiu?”, e a *fantasia* que se refere a tendência da pessoa transpor-se de modo imaginativo para os sentimentos e ações dos personagens fictícios em livros, filmes e peças teatrais. Esse aspecto foi averiguado a partir da pergunta: “O que você sentiria se fosse você na história?”.

Foi hipotetizado que os pontos referentes a tomada de perspectiva (B.Person; E.perso) estariam mais próximos aos pontos referentes a fantasia (B.vc hist.; Evc hist.) pois estes se constituem como aspectos cognitivos da empatia. Esperava-se também que os pontos referentes a angústia pessoal (B.vcouvi e E.vcouvi) estivessem mais distantes dos outros pontos referentes aos aspectos cognitivos da empatia, pois a angústia pessoal se refere a um dos aspectos afetivos da empatia.

Na figura 4, são apresentadas a projeção resultante da análise SSA.

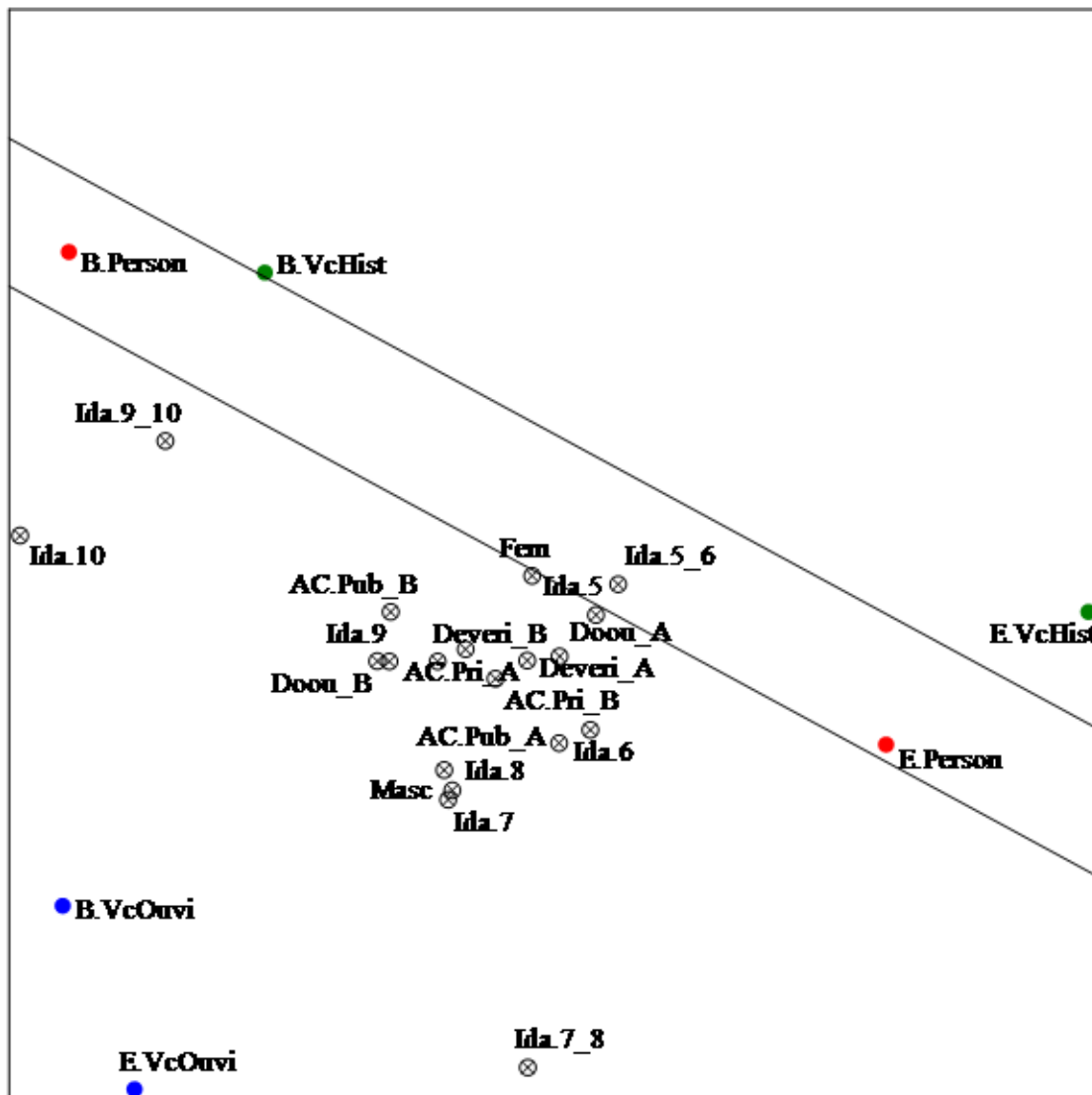


Figura 4

SSA das dimensões da Empatia tendo-se como variáveis externas autoconsciência, comportamento pró-social, idade e sexo (Projeção 3d, 1x2, Coeficiente de Alienação .00026)

Na representação figurativa observa-se que as duas histórias se espelham, existindo uma simetria entre a primeira e segunda história. Além disso, mostra que os aspectos E person, E vc Hist, B person e B vc Hist estão próximos no espaço representado, estes pontos representam a tomada de perspectiva e a fantasia. Pode-se observar que os pontos E vc ouvi e B c ouvi que representam angústia pessoal estão mais distantes dos outros pontos referentes a tomada de perspectiva e fantasia.

Pode-se observar que os pontos referentes as crianças entre a faixa etária 7 a 8 anos estiveram mais próximos dos pontos referentes a Bvcouvi e Evcouvi. Estes pontos se referem aos aspectos afetivos da empatia. Por outro lado, os pontos referentes as crianças entre 9 a 10 anos estiveram mais próximos aos pontos Bperson e BvcHist, esses pontos são referentes aos aspectos cognitivos da empatia.

9.4. Relações entre Autoconsciência, Empatia e comportamento pró-social

Foi realizado o teste de Kruskal-Wallis para testar se existia diferenças nas médias de empatia e autoconsciência em função da categorização pró-social e não doou nada. Os resultados demonstraram que as médias das crianças pró-sociais em empatia e autoconsciência não variaram significativamente ($p > 0,05$) em relação às não pró-sociais.

Observou-se por meio do coeficiente de correlação *rho* (ρ) de Spearman, que a empatia total se correlacionou positivamente com a autoconsciência total ($\rho = .27$; $p < 0,05$). Além disso foi constatado a existência da correlação negativa entre a autoconsciência pública e autoconsciência privada ($\rho = -.33$; $p < 0,01$).

A partir do coeficiente de correlação de Spearman foi constatado que a idade absoluta se relacionou positivamente com as variáveis autoconsciência total ($\rho = .31$; $p < 0,01$), empatia total ($\rho = .49$; $p < 0,01$) e com a quantidade de adesivos que o sujeito doou ($\rho = .28$; $n = 70$; $p < 0,05$).

Para verificar de maneira mais detalhada as relações entre as variáveis, além das análises não-paramétricas, foi utilizada uma análise multidimensional não métrica - o SSA. O importante dessa análise multidimensional é a possibilidade de verificar a estrutura relacional das variáveis.

Os resultados das análises não paramétricas nos indicaram que a idade exerce influência em relação as variáveis: Autoconsciência, Empatia e Comportamento pró-social. Desse modo é hipotetizado para os resultados da análise SSA que, do ponto de vista espacial, o perfil das crianças mais velhas (7 a 10 anos) estejam mais próximos entre si do que os pontos referentes as crianças mais novas (5 e 6 anos). Além disso, foi hipotetizado que os pontos referentes as crianças mais velhas estejam mais próximos dos pontos referentes a Empatia, comportamento pró-social e autoconsciência.

Na figura 5 observa-se a projeção resultante da análise SSA.

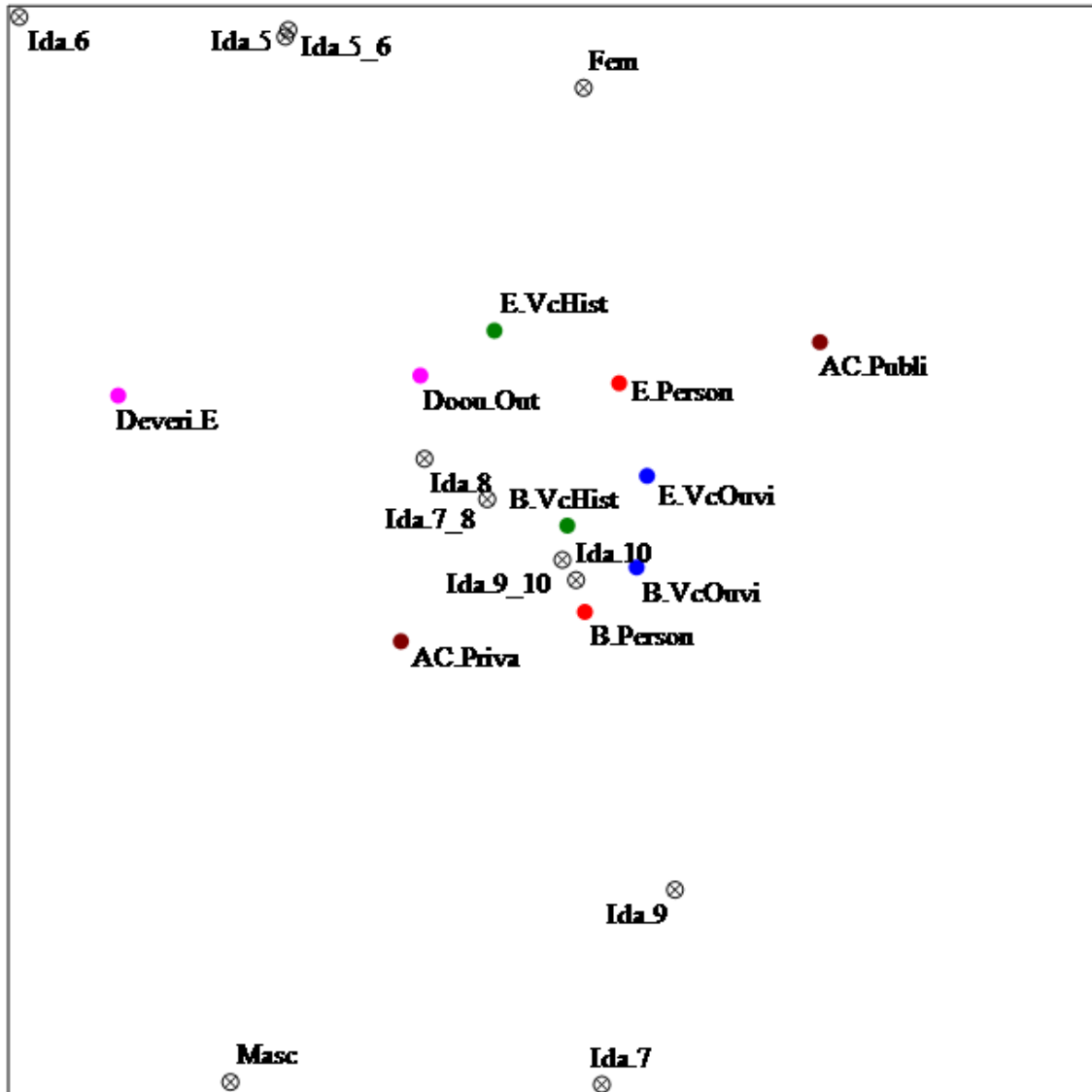


Figura 5

SSA das relações entre Autoconsciência, Comportamento pró-social e Empatia tendo-se como variáveis externas idade e sexo (Projeção 3d, 1x2, Coeficiente de Alienação .10413)

Na representação figurativa os pontos que representam as idades 5 e 6 anos estão distantes de todos os aspectos que representam a empatia, enquanto os pontos referentes as idades 7 a 10 anos estão localizados no meio da figura, estando mais próximos de todos os itens referentes a empatia. Isso demonstra que existe uma progressão no desenvolvimento da empatia.

Além disso, é possível observar que as crianças mais velhas 7 a 10 anos estão mais próximas do comportamento de doar do que as crianças entre 5 a 6 anos, que se encontram mais distantes.

As crianças com idades entre 5 e 6 anos estão mais próximas da autoconsciência pública e mais distantes da autoconsciência privada. Ao mesmo tempo, quando comparadas com as crianças mais velhas, as crianças mais novas estão mais distantes da autoconsciência pública e da autoconsciência privada. As

crianças com idade 7 a 10 anos estão mais próximas da autoconsciência privada do que da autoconsciência pública.

Pode também ser observado que o sexo feminino está mais próximo da autoconsciência pública, e que o sexo masculino está mais próximo da autoconsciência privada.

Ademais pode-se observar que os pontos referentes a autoconsciência pública e a autoconsciência privada não se encontram tão próximos no espaço representado.

Por fim, a partir da representação figurativa, podemos observar que o comportamento de doar esteve, de certa maneira, próximo a alguns pontos que eram referentes a aspectos da empatia. Sendo também constatado que o ponto referente ao comportamento de doar não esteve muito próximo dos pontos referentes a autoconsciência.

10. Discussão

O presente estudo teve como objetivo verificar e mapear as interrelações existentes entre autoconsciência, empatia e comportamento pró-social na infância. Foi conjecturado que esses três aspectos do desenvolvimento estariam relacionados, acreditando que a medida que houvesse um aumento em um constructo, ocorreria conseqüentemente um avanço nos outros. Essa suposição estava baseada na teoria de Hoffman (2000) que afirma que o desenvolvimento da empatia estaria diretamente relacionado ao processo de diferenciação do Self, além disso a empatia estaria relacionada com os comportamentos pró-sociais, pois segundo este mesmo autor, ela é a maior motivadora para a emissão de comportamentos pró-sociais.

Além disso, a teoria proposta por Duval e Wicklund (1972) forneceu embasamento para presumir a existência da relação entre comportamento pró-social e autoconsciência, pois quanto mais o sujeito esteja autoconsciente mais facilmente ele irá acessar os padrões de correção que regulamentam os comportamentos dos indivíduos para o bom convívio em sociedade.

10.1. Autoconsciência

Conforme esperado, a autoconsciência aumentou a medida que a idade avançava. O fato das crianças mais velhas apresentarem maior nível de autoconsciência quando comparada com as crianças mais novas, pode ser interpretado como decorrência desse aspecto cognitivo se desenvolver com o passar do tempo.

O processo de desenvolvimento da autoconsciência parece ser mais intenso durante os 7 a 10 anos de idade, pois foi constatado que entre as faixas etárias 7 a 8 anos e 9 a 10 anos existe uma diferença significativa em relação aos níveis de autoconsciência. Esses achados corroboram o que sugere Rochat (2003) que a autoconsciência vai se desenvolvendo junto com a idade cronológica, e os níveis mais básicos da consciência se desenvolvem nos primeiros anos de vida e vão se tornando mais complexos à medida que a idade avança.

Esse processo de maturação da autoconsciência sugere que o seu desenvolvimento depende do amadurecimento de estruturas cognitivas para que ele possa ocorrer, conforme foi observado no estudo realizado por Nascimento (2008), no qual os sujeitos mais autoconscientes relatavam usar mais imagens mentais para prestar atenção a si mesmo, demonstrando que ocorria mediação de outras estruturas cognitivas para o sujeito estar autoconsciente.

Além disso, Morin (2006) sugere que o desenvolvimento da consciência seguiria diversos graus desde os mais simples aos mais sofisticados. Os níveis mais simples exigiriam processamentos cognitivos de menor complexidade, por outro lado os graus mais refinados da autoconsciência exigiria um maior nível de abstração e o uso da linguagem, que são capacidades que amadurecem entre a infância e a adolescência.

Dessa maneira, como foi encontrado na presente pesquisa, as crianças mais velhas apresentam um maior nível de autoconsciência por estarem mais cognitivamente desenvolvidas quando comparadas com as crianças mais novas.

Em relação ao fato dos resultados apontarem que os perfis das crianças mais novas se aproximam mais dos pontos referentes a autoconsciência pública e os perfis das crianças mais velhas se aproximaram mais da autoconsciência privada. Esse dado pode sugerir um processo de diferenciação durante o desenvolvimento da autoconsciência, no qual inicialmente ocorreria uma predominância da autoconsciência pública em relação a autoconsciência privada, uma vez que esta é dependente de um aparato cognitivo mais robusto para sua implementação, conforme postulam Nascimento (2008) e Morin (2006).

Esse dado corrobora o que aponta Rochat (2003), que inicialmente a criança ao se observar no espelho ela consegue ver como os outros a observam (autoconsciência pública). Segundo Morin (2006) a autoconsciência pública envolve aspectos do self que são observáveis pelas outras pessoas tais como aparência (cor dos olhos, altura, entre outros) e comportamento. Dessa maneira, a autoconsciência pública prevaleceria nas crianças mais novas, já que quando elas se vêem no espelho elas focam mais nas suas características que são observáveis pelos outros.

Ademais, Morin (2006) aponta que a autoconsciência pública se desenvolveria primeiro porque ela depende mais de aspectos relacionados a percepção do que ao conceitual, este último envolve aspectos

simbólicos que exigem maior nível de abstração. O aspecto perceptual ou sensorial estaria entrelaçado com as experiências que o sujeito possui ao se relacionar com o ambiente e que permitem ele reconhecer a si mesmo como indivíduo único.

Foi ainda encontrado que os perfis das crianças mais velhas se aproximaram mais da autoconsciência privada. Esse resultado está de acordo com o que era esperado, já que a autoconsciência privada seria mais complexa do que a autoconsciência pública. A autoconsciência privada se refere, segundo Morin (2006), ao sujeito focar sua atenção nos estados internos do self tais como: emoções, pensamentos, julgamentos, crenças, entre outros. Para esse autor, a autoconsciência privada seria mais sofisticada por estar relacionada aos aspectos conceituais que não estão disponíveis na experiência sensorial do sujeito. Esse tipo de autoconsciência está envolvida por representações mentais que só podem ser acessadas pelo indivíduo, e exigem um maior nível de abstração para produzir informação a respeito do self. Desse modo, pode ser constatado que a autoconsciência privada exige processamento cognitivo de nível superior.

Pelo fato da autoconsciência pública envolver aspectos perceptivos tais como as características físicas e comportamento, não exigindo capacidades simbólicas, ela é apontada como sendo mais simples. Por outro lado, a autoconsciência privada exige um maior nível de processamento cognitivo superior, pelo fato de estar relacionada aos aspectos abstratos como crenças, julgamentos, valores e sentimentos, sendo portanto mais sofisticada. Dessa maneira, como era esperado, foi constatado que as crianças mais velhas possuíam um maior nível de autoconsciência privada quando comparada com as crianças mais novas.

Pôde ser também observado que os perfis das crianças mais novas quando comparados com os perfis das crianças mais velhas, estavam mais distantes dos pontos referentes a autoconsciência privada e da autoconsciência pública. Esse resultado sugere que os aspectos que constituem a autoconsciência se desenvolvem com o passar do tempo, conforme propõem Legrain, Cleeremans e Destrebecqz (2011) que consideram a autoconsciência como uma habilidade complexa a qual abrange vários níveis que vão avançando ao longo do tempo.

Apesar dos dados obtidos, a partir das análises não paramétricas, não apontarem para a existência de diferenças significativas entre os meninos e meninas em relação a autoconsciência pública e privada. As análises realizadas com o SSA, permitiram constatar que o perfil das meninas está mais próximo do ponto referente a autoconsciência pública.

Esse fato pode ser interpretado pela suposição de que as meninas, especialmente na faixa etária estudada, têm uma preocupação mais voltada para a sua aparência física e com o fato de como elas são vistas pelas outras pessoas. Dentro da nossa cultura as meninas são mais exigidas em termos de cuidado com o corpo, aparência e beleza, sendo estes aspectos referentes ao self físico e à autoconsciência pública.

Por outro lado, foi encontrado que o perfil dos meninos se aproximavam mais do ponto referente a autoconsciência privada quando comparada com o ponto referente a autoconsciência pública.

10.2. Empatia

No que concerne a empatia, foi constatado que o nível de empatia mudou de acordo com a idade. Sendo encontrado que as crianças mais velhas apresentaram um nível maior de empatia quando comparadas com as crianças mais novas. Esses resultados estão em concordância com a teoria de Hoffman (2000), pois esse autor afirma que o desenvolvimento da empatia avança junto com a idade, existindo manifestações mais rudimentares da empatia durante os primeiros anos de vida, até as maneiras mais complexas em idades mais avançadas.

Esses dados corroboram os achados do estudo realizado de Bryant (1982) no qual foram constatadas diferenças significativas entre as idades, sendo verificado que as crianças mais velhas demonstraram ser mais empáticas do que as crianças mais novas. Além disso, o estudo realizado por Pavarino, Del Prette e Del Prette (2005) em contexto brasileiro, também corrobora tal achado, eles encontraram que havia uma tendência para os comportamentos empáticos crescerem junto com a idade.

No que diz respeito ao sexo, foi constatado que o nível de empatia dos meninos não diferenciou de maneira significativa em relação as meninas. Esse achado está em oposição com os dados que têm sido encontrados por muitos pesquisadores em estudos realizados com crianças (Bryant, 1982; Ceconello & Koller, 2000) e com adolescentes (Monte, 2012; Sampaio, Monte, Camino & Roazzi, 2008) os quais têm verificado que as meninas são mais empáticas do que os meninos.

Vale destacar que a maioria dos estudos que observam tais diferenças entre os níveis de empatia em relação ao sexo, utilizaram escalas auto-avaliativas para medir a empatia. Dessa maneira pode-se justificar que essas diferenças são mais acentuadas quando os pesquisadores fazem uso desses instrumentos, já que por se tratar de um método auto-avaliativo as meninas tenderiam a apresentar um escore maior no nível de empatia, pois são culturalmente encorajadas a demonstrarem mais os seus sentimentos quando comparada aos meninos.

É importante ressaltar ainda, que existe uma falta de consenso no que diz respeito a influência do sexo no que concerne a empatia, a razão para as controvérsias em relação a essa variável ocorre porque a empatia tem sido estudada com o uso de diferentes instrumentos para mensurá-la (Lennon & Eisenberg 1987).

Segundo Lennon e Eisenberg (1987) os questionários são mais eficazes para detectar as diferenças relacionadas ao sexo, sendo encontradas grandes diferenças quando esses instrumentos são utilizados. Por outro lado, poucas diferenças, nos níveis de empatia, entre meninos e meninas são encontradas quando são

usadas outras medidas, como histórias e figuras. O presente estudo fez uso de historinhas com o auxílio de figuras, supõe-se que a utilização de tal instrumento não foi capaz de detectar as diferenças entre meninos e meninas em relação à empatia.

No que diz respeito a estrutura da empatia, foi observado, a partir das análises com o SSA, que os pontos referentes aos aspectos cognitivos da empatia estiveram mais próximos entre si do que o ponto referente ao aspecto afetivo da empatia. Esse resultado corrobora a divisão proposta por Davis (1983), em que ele afirma que a empatia seria constituída por componentes afetivos e cognitivos.

Outros pesquisadores (Shamay-Tsoory, 2011) também apontam para a existência de dois sistemas que constituem a empatia, sendo um cognitivo e o outro afetivo. Essa afirmação é baseada nos achados de estudos que utilizam neuroimagens, e tem sido constatado que determinadas partes do cérebro estão relacionadas ao sistema afetivo da empatia e regiões distintas estão entrelaçadas ao sistema cognitivo da empatia. É importante destacar que esses sistemas trabalham conjuntamente e que uma resposta empática evoca ambos os sistemas. Por outro lado, o desenvolvimento desses sistemas pode ocorrer de modo dissociado, no qual o sistema afetivo se desenvolveria primeiro e o sistema cognitivo, por exigir processamento cognitivo mais complexo, seria mais tardio (Shamay-Tsoory, 2011).

10.3. Comportamento Pró-social

No que se refere a influência da idade em relação ao comportamento pró-social, foi observado que a quantidade de crianças pró-sociais tendia a aumentar a medida que a idade avançava, e que a quantidade de crianças não pró-sociais tendia a diminuir.

Esses resultados também foram encontrados no estudo realizado por Benenson, Pascoe e Randmore (2007), no qual puderam observar que as crianças mais velhas se comportavam de modo mais altruísta do que as mais novas. Além disso, Smith, Blake e Harris (2013) também observaram que as crianças tendem a se comportar mais em benefício de outra criança à medida que a idade avança, sendo observado que as crianças mais novas se comportavam de modo a beneficiar a si mesmas, enquanto as crianças mais velhas doavam mais para a outra pessoa.

Esses dados podem ser interpretados conforme sugerem Carlo (2006) e Eisenberg e Fabes (1998) de que os comportamentos pró-sociais aumentam com o avanço da idade, especialmente, entre a pré-escola e a adolescência, sendo observados, durante esse período, os maiores crescimentos na emissão dos comportamentos pró-sociais.

Além disso, Eisenberg, Fabes e Spinrad (2006) propõem que durante o desenvolvimento ocorre o amadurecimento de habilidades cognitivas que tornam o sujeito capaz de compreender a situação do outro, e emitir comportamentos que beneficiam outras pessoas. Dessa maneira, o desenvolvimento dessas

habilidades permite que o sujeito se torne menos egoísta, e considere as emoções e os pontos de vistas das outras pessoas.

No que se refere a influência do sexo, foi observado que os meninos e as meninas não se diferenciaram em relação a emissão de comportamentos pró-sociais. Outros estudos, como o desenvolvido por Doerr (2007) também não encontraram diferenças na quantidade de comportamentos de ajuda em relação ao sexo.

Esses dados evidenciam a falta de consenso em relação a influência dessa variável no que concerne aos diversos tipos de comportamentos pró-sociais, tanto em crianças como em adultos. Eagly e Crowley (1986) constataram, a partir de uma revisão meta analítica, que os homens, a depender do contexto em que estejam inseridos, tendem a ajudar mais do que as mulheres, especialmente em situações que envolvem alguma ajuda heróica, pois eles tendem a sustentar o papel social de cavalheirismo.

Por outro lado, alguns autores (Eagly & Koenig, 2006) acreditam que devido ao papel das mulheres na sociedade ser associado às características como cuidado, compaixão e preocupação com os outros, seria esperado que as meninas emitissem mais comportamentos de ajuda em direção a outra pessoa. Esse dado foi encontrado por Fabes e Eisenberg (1998) a partir de uma revisão meta analítica, sendo observado que as meninas tendem a ser mais pró-sociais do que os meninos, e que as diferenças, em relação ao sexo, variam de acordo com o tipo de comportamento pró-social.

Além disso, é importante destacar que a depender do método utilizado, as diferenças entre os sexos poderão ser significativas ou não. Desse modo, Fabes e Eisenberg (1998) apontam que o uso de instrumentos que se baseiam no autorelato para medir o comportamento pró-social, são mais eficazes para detectar as diferenças entre meninos e meninas, sendo que as meninas apresentam escores maiores nessas medidas.

Por outro lado, quando são utilizadas medidas não verbais tais como: observação do comportamento e reações faciais, não são detectadas diferenças na quantidade de comportamentos pró-sociais entre meninos e meninas (Fabes & Eisenberg, 1998). O presente estudo fez uso de um método de observação do comportamento pró-social das crianças em situação real, desse modo essa pode ser uma das razões de não ter sido encontrada diferenças em relação ao sexo.

10.4. Relações entre Autoconsciência, Comportamento Pró-social e Empatia

Referente as relações entre empatia e comportamento pró-social, os resultados demonstraram que as médias das crianças pró-sociais em empatia não variaram significativamente em relação às não pró-sociais. Esse dado contraria os resultados dos estudos que têm sido realizados ao longo do tempo, pois a maioria das pesquisas tem apontado para a relação existente entre comportamento pró-social e empatia

(Eisenberg & Miller, 1987; Batson, Duncan, Ackerman, Buckley & Birch, 1981; Batson & Ahmad, 2001; Williams, O'Driscoll & Morre, 2014). Indicando que níveis maiores de empatia estariam relacionados a maiores quantidades na emissão de comportamentos pró-sociais, tanto em criança como em adultos.

A falta de relação entre empatia e comportamento pró-social encontrada na presente pesquisa pode ser justificada porque segundo Eisenberg e Miller (1987) alguns instrumentos que são utilizados para medir a empatia e comportamento pró-social podem não detectar essas relações. Para esses autores, as medidas que envolvem histórias/figuras para averiguar empatia não são associadas com os comportamentos pró-sociais, pois esses instrumentos, na maioria das vezes, se detém apenas ao aspecto da empatia relacionado ao reconhecimento da emoção.

A presente pesquisa fez uso de historinhas com figuras para medir empatia, no entanto, foi feita uma modificação em relação aos instrumentos histórias/figuras classicamente utilizados. As historinhas usadas foram desenvolvidas com base nos itens da escala de Bryant (1982), esse instrumento tem sido eficaz para medir empatia e detectar relações com o comportamento pró-social.

Além disso, foram feitas perguntas após o relato da histórias, e esses questionamentos visavam verificar não somente aspectos relacionados ao reconhecimento da emoção, mas também aspectos cognitivos da empatia. Desse modo, era esperado que a empatia se relacionasse com o comportamento pró-social.

Apesar dessa medida não ter sido capaz de detectar as relações entre comportamento pró-social e empatia, esse instrumento foi utilizado porque a faixa etária estudada era constituída por crianças muito pequenas, o que dificultou a utilização de questionários para que as próprias crianças respondessem. Supõe-se que tal medida seria de difícil interpretação para as crianças muito novas.

No que concerne a relação entre autoconsciência e comportamento pró-social, os resultados encontrados demonstraram que a média das crianças pró-sociais em autoconsciência não diferenciou de maneira significativa quando comparada com as não pró-sociais. Esse dado contraria a hipótese que foi feita sobre a relação entre autoconsciência e comportamento pró-social, pois acreditava-se que maiores níveis de autoconsciência estariam relacionados com maior quantidade de comportamentos pró-sociais. Essa suposição estava fundamentada no que afirma Vallacher e Solodky (1979) que o sujeito mais autoconsciente acessa mais facilmente os padrões de correção que regulam os comportamentos para o bom convívio em sociedade.

Além disso, a falta de relação entre comportamento pró-social e autoconsciência contradiz os dados encontrados no estudo realizado por Ross, Anderson e Campbell (2011). Esses autores observaram que crianças em uma situação que despertava a autoconsciência, através do espelho, eram mais dispostas a se empenharem em comportamentos para ajudar outra criança. E ainda, quando tinham a oportunidade de

doar seus bens se comportavam de modo mais pró-social do que outras que não estavam numa situação que despertava a autoconsciência.

Esses resultados forneceram embasamento para supor que a autoconsciência encorajaria os comportamentos pró-sociais, essa hipótese foi elaborada porque o estudo realizado por Ross, Anderson e Campbell (2011) foi o único realizado até o momento que buscou verificar a relação entre autoconsciência e comportamento pró-social.

O presente estudo pode não ter encontrado tal relação devido as diferenças metodológicas existentes, pois no estudo realizado por Ross, Anderson e Campbell (2011) as crianças tinham a oportunidade de se comportar de modo pró-social quando estavam na frente do espelho, enquanto no presente estudo isso não acontecia, pois após a criança realizar a tarefa de autoconsciência ela poderia ser direcionada para a tarefa de empatia ou a tarefa de comportamento pró-social. Dessa maneira, nem sempre as crianças estavam num estado autoconsciente quando realizavam a tarefa que mensurava o comportamento pró-social. Já que, pelo desenvolvimento cognitivo, as crianças não mantinham um estado autoconsciente depois que saíam da frente do espelho, por isso o efeito da autoconsciência pode não ter sido observado em relação ao comportamento pró-social.

Além disso, pode não ter sido constatada uma relação entre autoconsciência e comportamento pró-social, porque somente as crianças mais velhas, como pôde ser observado na projeção SSA, estavam mais próximas da autoconsciência privada. Apesar da autoconsciência pública permitir o processo auto-avaliativo, somente através da autoconsciência privada o indivíduo seria capaz de acessar as regras e julgamentos relacionados aos padrões de correção, pois esses aspectos se referem a conceitos abstratos, e representacionais.

Dessa maneira, pode-se supor que a relação entre comportamento pró-social e autoconsciência deve estar acentuada apenas nas crianças mais velhas do presente estudo, pois nesse momento a autoconsciência privada estaria mais consolidada, o que permitiria ao sujeito acessar os padrões de correção mais abstratos e agir de modo mais pró-social.

No que diz respeito a relação entre empatia e autoconsciência, os resultados apontaram que a empatia se correlacionou positivamente com a autoconsciência, sugerindo que a medida que a autoconsciência aumenta o nível de empatia também cresce. Esses dados estão de acordo com os achados no estudo desenvolvido por Joireman, Parrott e Hammersla (2002) em adultos, que indicam que a autoconsciência pode facilitar o desenvolvimento da empatia.

Ademais, esses achados corroboram o que propõe Hoffman (2000) que o desenvolvimento da empatia estaria entrelaçado ao desenvolvimento de senso de diferenciação do self. Desse modo é esperado que a medida que a consciência de si mesmo se desenvolve, ocorra também o desenvolvimento do senso

de diferenciação do self, possibilitando que o sujeito se torne capaz de diferir seus estados internos dos de outras pessoas.

Esses resultados podem também ser interpretados de acordo com o que afirma Gallup e Platek (2002) que variações na capacidade de reconhecer a si mesmo devem prenunciar variações no nível de empatia.

De maneira geral, os objetivos pretendidos no presente estudo foram alcançados, pois foi possível investigar as relações existentes entre autoconsciência, comportamento pró-social e empatia em uma faixa etária que ainda não havia sido explorada empiricamente. Além de ter sido possível verificar e mapear a diferenciação entre autoconsciência pública-privada em crianças pequenas, esse dado nunca tinha sido pesquisado anteriormente.

Pôde ser observado que a empatia está, de certo modo, relacionada com a autoconsciência, pois a medida que uma avança a outra também cresce. Essa relação havia sido suposta por alguns autores (Hoffman, 2000; Gallup e Platek, 2002) mas nunca tinham sido investigada empiricamente em crianças. Dessa maneira, o achado do presente estudo colabora para a compreensão a respeito da relação entre autoconsciência e empatia em crianças.

Algumas hipóteses não foram corroboradas, como foi constatado que a empatia não se relacionou com o comportamento pró-social, esse dado deve ser melhor investigado, pois as pesquisas clássicas e recentes apontam para a relação existente entre esses dois aspectos. Essa relação é esperada pois a empatia é apontada na literatura como motivadora para a emissão de comportamentos pró-sociais, já que ela torna o sujeito sensível à situação de sofrimento do outro.

Por fim, a falta de relação entre autoconsciência e comportamento pró-social, pode ter acontecido porque supõe-se que a autoconsciência privada, que segundo Morin (2006) se desenvolve mais tardiamente, pode ainda não ter estar completamente amadurecida, o que faria o sujeito não acessar tão facilmente os padrões de correção.

11. Considerações finais

Conforme pode ser observado nos resultados, os dados sugerem a existência de uma relação entre Autoconsciência e Empatia durante a infância. Esse achado colabora para uma melhor compreensão a respeito de que a diferenciação do self está diretamente ligada ao desenvolvimento da empatia. Assim sendo, entende-se que esse dado deve ser investigado mais detalhadamente em pesquisas posteriores, com

o objetivo de verificar se essas relações ocorrem em idades mais novas do que aquelas que foram exploradas na presente pesquisa.

Além disso, outros estudos podem investigar essa relação usando uma metodologia mais direta, na qual a tarefa de empatia esteja imediatamente relacionada com a tarefa de autoconsciência. No que se refere a investigação dessa relação entre empatia e autoconsciência, acredita-se que uma das maiores contribuições desse estudo foi verificar a existência dessa ligação em crianças muito novas, esse dado não havia sido investigado em nenhuma pesquisa anterior.

Apesar de não ter sido encontrada relação entre autoconsciência e comportamento pró-social na presente pesquisa, acredita-se que isso pode ter ocorrido porque tal ligação pode ocorrer mais tardiamente. Essa suposição se baseia no fato de que a autoconsciência privada – que permite o sujeito acessar os conceitos mais abstratos, como julgamentos, crenças e sentimentos – demoraria mais tempo para se desenvolver. Desse modo, sugere-se que pesquisas futuras investiguem essa relação em crianças mais velhas.

Além disso, outras pesquisas também podem explorar se existe diferença na quantidade de comportamentos pró-sociais quando o sujeito está numa situação que dispara autoconsciência e em outra que ele não esteja autoconsciente. Esse modo de investigação permitiria observar de modo mais direto se a autoconsciência influencia o comportamento pró-social.

Ademais, não foi verificada a relação entre comportamento pró-social e empatia, esse dado não corroborou a hipótese inicial de que essa ligação seria encontrada essa suposição estava baseada nos estudos clássicos e recentes (Eisenberg & Miller, 1987; Batson, Duncan, Ackerman, Buckley & Birch, 1981; Batson & Ahmad, 2001; Williams, O'Driscoll & Morre, 2014) os quais têm demonstrado que maiores níveis de empatia estão relacionados a maiores quantidades na emissão dos comportamentos pró-sociais.

Conjetura-se a falta de relação entre empatia e comportamento pró-social, encontrada na presente pesquisa, pode ter acontecido devido aos instrumentos que foram utilizados para medir a empatia, pois como é apontado por Eisenberg e Miller (1987) quando são utilizadas história/figuras não são verificadas relações entre empatia e comportamento pró-social. Sugere-se que pesquisas posteriores, venham a fazer uso de escalas que os pais e professores respondam aos itens e a partir dessa medida possa ter dados sobre o nível de empatia das crianças.

Outro aspecto metodológico que merece destaque é a tarefa desenvolvida por Nascimento (2013), pois a sua utilização permitiu ter acesso aos aspectos públicos e privados da autoconsciência em crianças muito novas. Essa é também outra colaboração da presente pesquisa, pois nenhum estudo anterior buscou investigar se a diferenciação entre autoconsciência pública-privada ocorre em crianças muito pequenas.

Além disso, essa tarefa permitiu não apenas a apreciação do processamento e dos níveis da autoconsciência por dimensão pública ou privada, mas também acessar a dimensão experiencial e fenomenal da autoconsciência, ou seja, do próprio conteúdo dos estados autoconscientes. Esse material deve ser encaminhado para pesquisa futura, dado que o tempo não permitiu sua investigação, por se tratar de análise fenomenal, ideográfica, e qualitativa, muito específica e demorada.

Outro aspecto relevante decorre do fato de que os resultados apontam para influência da idade para a autoconsciência, empatia e comportamento pró-social. De maneira geral, foi constatado que as crianças mais velhas apresentavam níveis mais altos de empatia e autoconsciência, e maiores quantidades na emissão de comportamentos pró-sociais, demonstrando que a maturação das estruturas cognitivas deve estar entrelaçado com o seu desenvolvimento. Além disso, acredita-se que o processo de socialização da criança que vai ocorrendo com o passar do tempo, também exerça influência no amadurecimento desses aspectos cognitivos.

Em suma, espera-se que os dados encontrados nesse estudo possam colaborar para o campo de estudos do desenvolvimento infantil, em especial para a compreensão das relações estabelecidas entre esses constructos durante a infância. Por fim, acredita-se que essa pesquisa fornece embasamento para que outros estudiosos desenvolvam pesquisas para aprofundar o entendimento das ligações entre empatia, autoconsciência e comportamento pró-social durante a infância

Referências

- Baldwin, M.W., & Holmes, J.G. (1987). Salient Private Audiences and Awareness of the Self. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52(6), 1087-1098
- Batson, C. D. (1987). Self-report rating of empathic emotion. Em Nancy Eisenberg.; Janet Srajer,. Empathy and its development.(pp.356-360) New York: Cambridge University Press.
- Batson, C.D. (2008). Empathy-Induced Altruistic Motivation. Projeto de palestra/capítulo para simpósio inaugural de Herzliya sobre "Prosocial Motives, Emotions, and Behavior," March, 24-27.
- Batson, C. D., & Ahmad, N. (2001). Empathy-induced altruism in a prisoner's dilemma II: what if the target of empathy has defected?. *European Journal of Social Psychology*, 31, 25-36.
- Batson, C. D., Duncan, B. D., Ackerman, P., Buckley, T., & Birch, K. (1981). Is Empathic Emotion a Source of Altruistic Motivation?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(2), 290-302.
- Batson, C. D., Fultz, J., & Schoenrade, P. A. (1987). Distress and empathy: Two qualitatively distinct vicarious emotions with different motivational consequences. *Journal of personality*, 55(1), 19-39.
- Behar, L., & Stringfield. (1974). A behavior rating scale for the preschool child. *Developmental Psychology*, 10, 601-610.
- Benenson, J. F., Pascoe J., & Radmore, N. (2007). Children's altruistic behavior in the dictator game. *Evolution and Human Behavior*, 28, 168-175.
- Bekoff, M. (2002). Empathy: Common sense, science sense, wolves, and well-being. *Behavioral and Brain Sciences*, 25 (1), 26-27
- Blake, P. R. & Rand, D. G. (2010). Currency value moderates equity preference among young children. *Evolution and Human Behavior*, 31, 210-218.
- Brownell, C. A., Svetlova, M., Anderson, R., Nichols, S. R., Drummond, J. (2013). Socialization of Early Prosocial Behavior: Parents' Talk About Emotions is Associated With Sharing and Helping in Toddlers. *Infancy*, 18(1), 91-119.
- Bryant, B. (1982). An Index of Empathy for Children and Adolescents, *Child Development*, 53, 413-425.
- Buss, A. H. (1980). Self-consciousness and social anxiety. San Francisco: Freeman.
- Buss, A. H. (2001). *Psychological Dimensions of the Self*. London: Sage.
- Carlo, G. (2006). Care-based and altruistically based morality. Em M. Killen & J. Smetana (Eds.), *Handbook of moral development* (pp. 551-579). Mahwah, New Jersey: Erlbaum), 551-579

- Carlo, G., Roesch, S. C., Knight, G. P., & Koller, S. H. (2001). Between or within-culture variation? Culture group as a moderator of the relations between individual differences and resource allocation preferences. *Journal of Applied Developmental Psychology, 22*, 559–579
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia, 5*(1), 71-93
- Cialdini, R. B., Brown, S.L., Lewis, B. P., Luce, C., & Neuberg, S. L. (1997). Reinterpreting the Empathy-Altruism Relationship: When One Into One Equals Oneness. *Journal of Personality and Social Psychology, 73*(3), 481-494.
- Dancey, C. P., Reidy, J. (2006). Estatística sem Matemática para Psicologia: usando SPSS para Windows. (3ª .ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology, 44*, 113-136.
- Diener, E., & Wallbom, M. (1976). Effects of Self-Awareness on Antinormative Behavior. *Journal of Research in Personality, 10*, 107-111.
- Doerr, C. E. (2007). The Power to Help: The Effects of Gender and Social Gender Power on Compliant Helping Behavior. *Electronic Theses, Treatises and Dissertations, 3-27*.
- Duval, S., & Wicklund, R. A. (1972). *A theory of objective self-awareness*. New York: Academic Press.
- Duval, S., & Wicklund, R. A. (1973). Effects of Objective Self-Awareness on Attribution of causality. *Journal of Experimental Social Psychology, 9*, 17-31.
- Duval, T. S., & Lalwani, N. (1999). Objective Self-Awareness and Causal Attributions for Self-Standard Discrepancies: Changing Self or Changing Standards of Correctness. *Personality and Social Psychology Bulletin, 25*, 1220-1229, doi: 10.1177/0146167299258004
- Duval, T., Silvia, P. J., & Lalwani, N. (2001). *Self-awareness and causal attribution*. Boston: Kluwer Academic.
- Eagly, A. H., & Crowley, M. (1986). Gender and helping behavior: A meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin, 100*, 283-308.
- Eagly, A. H., & Koenig, A. M. (2006). Social role theory of sex differences and similarities: Implication for prosocial behavior. In K. Dindia & D. Canary (Eds.), *Sex differences and similarities in communication* (2nd ed.), 161-177. Mahwah: Erlbaum
- Eisenberg-Berg, N. (1979). Development of children's prosocial moral judgment. *Developmental Psychology, 15*, 128-137.
- Eisenberg, N. (2007). *Empathy-related responding and prosocial behaviour*. Novartis Found Symp., 71–80.
- Eisenberg, N., Carlo, G., Murphy, B., & Van Court, P. (1995). Prosocial development in late adolescence: A longitudinal study. *Child Development, 66*, 1179-1197.

- Eisenberg, N., & Fabes, R. A. (1990). Empathy: Conceptualization, assessment, and relation to prosocial behavior. *Motivation and Emotion*, 14, 131-149.
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., & Spinrad, T. L. (2006). Prosocial development. In N. Eisenberg (Vol. Ed.), W. Damon & R. M. Lerner (Series Eds.), *Handbook of child psychology: Social, emotional, and personality development* (Vol. 3, pp. 646-718). New York: Wiley
- Eisenberg, N., Guthrie, I. K., Cumberland, A., Murphy, B. C., Shepard, S. A., Zhou, Q., & Carlo, G. (2002). Prosocial development in early adulthood: a longitudinal study. *Journal of personality and social psychology*, 82(6), 993.
- Eisenberg-Berg, N., & Hand, M. (1979). The Relationship of Preschoolers' Reasoning about Prosocial Moral Conflicts to Prosocial Behavior. *Child Development*, 50(2), 356-363.
- Eisenberg, N. & Miller, P.A. (1987) The Relation of Empathy to Prosocial and Related Behaviors. *Psychological Bulletin*, 101(1) 91-119.
- Eisenberg, N., Miller, P. A., Shell, R., McNalley, S., & Shea, C. (1991). Prosocial development in adolescence: A longitudinal study. *Developmental Psychology*, 27, 849-857.
- Eisenberg, N., Shell, R., Pasternak, J., Lennon, R., Beller, R., & Mathy, R. (1987). Prosocial development in middle childhood: A longitudinal study. *Developmental Psychology*, 23, 712-718.
- Eisenberg, N., Zhou, Q., & Koller, S. (2001). Brazilian adolescents' prosocial moral judgment and behavior: Relations to sympathy, perspective taking, gender-role orientation, and demographic characteristics. *Child Development*, 72, 518-534.
- Escrivá, V., Frías Navarro, M. D., & Samper García, P. (2004). La medida de la empatía: análisis del Interpersonal Reactivity Index. *Psicothema*, 16(2), 255-260.
- Fenigstein, A., Scheier, M. F., & Buss, A. H. (1975). Public and private self-consciousness: Assessment and theory. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 43, 522-527.
- Feshbach, N. D., & Roe, K. (1968). Empathy in six- and seven-year-olds. *Child Development*, 39, 133-145.
- Findlay, L. C., Girardi, A. & Coplan, R. J. (2006) Links between empathy, social behavior, and social understanding in early childhood. *Early Childhood Research Quarterly*, 21, 347-359
- Froming, W. J. (1978). The Relationship of Moral Judgment, Self-Awareness, and Sex to Compliance Behavior. *Journal of research in personality*, 12, 396-409.
- Gallup, G. G., Jr., & Platek, S. M. (2002). Cognitive empathy presupposes self awareness: Evidence from phylogeny, ontogeny, neuropsychology, and mental illness. *Behavioral and Brain Sciences*, 25(1), 36-37.
- Gomes, W. B. & Teixeira, M. A. P. (1996). Escala de autoconsciência – revisada (EACR): Características psicométricas numa amostra de adolescentes brasileiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 48(2), 78-92.
- Heine, S. J., Takemoto, T., Moskaleiko, S., Lasaleta, J & Henrich, J. (2008). Mirrors in the Head: Cultural Variation in Objective Self-Awareness. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34, 879-887. Doi: 10.1177/0146167208316921.

- Hoffman, M.L. (2000) *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. Cambridge University Press.
- Hofmann S. G; & Heinrichs N. (2006) Differential effect of mirror manipulation on self-perception in social phobia subtypes. *Cognitive Therapy and Research.*, 27, 131–142.
- Joireman, J.A., Parrott, L., & Hammersla, J. (2002). Empathy and the self-absorption paradox: Support for the distinction between self-rumination and self-reflection. *Self and Identity* , 1, 53- 65.
- Kagan, S. & Madsen, M.C. (1971) Cooperation and competition of Mexican, Mexican-American, and Anglo American children of two ages under four instructional sets. *Developmental Psychology*, 5, 32-39.
- Kihlstrom, J. F.; & Klein, S. B. (1997). Self-Knowledge and Self-Awareness. In J. G. Snodgrass & R. L. Thompson (Eds.). *The Self across Psychology: Self-Recognition, Self-Awareness, and the Self-Concept* (pp. 5-17). New York, NY: The New York Academy of Sciences.
- Knafo, A., & Plomin, R. (2006). Prosocial behavior from early to middle childhood: Genetic and environmental influences on stability and change. *Developmental Psychology*, 42 (5), 771–786.
- Kohlberg, L., Higgins, A., & Power, F. C. (1989). *Kohlberg's Approach to Moral Education*. New York: University Press
- Koller, S.H. & Bernardes, N.M.G. (1997). Desenvolvimento moral pró-social: Semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 223-262.
- Koller, S. H., Camino, C., & Ribeiro, J. (2001). Adaptação e validação de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de psicologia*, 18(3), 43-53.
- Legrain, L., Cleeremans, A., & Destrebecqz, A. (2011). Distinguishing three levels in explicit self-awareness. *Consciousness and Cognition*, 20, 578–585.
- Lennon, R., & Eisenberg, N. (1987). Gender and age differences in empathy and sympathy. In N. Eisenberg & J. Strayer (Orgs.), *Empathy and its development* (pp.195-217). Cambridge: Cambridge University Press.
- Levine, L. E., & Hoffman, M. L. (1975). Empathy and cooperation in 4-year-olds. *Developmental Psychology*, 11(4), 533.
- Levine, R. V., Norenzaya, A., & Philbrick, K. (2001). Cross-cultural differences in helping strangers. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 32(5), 543-560.
- Marcus, R. F., Telleen, S., and Roke, E.J. (1979) Relation Between Cooperation and Empathy in Young Children. *Developmental Psychology*, 15, 346-347
- Mondell, S., & Tyler, F. B. (1981). Child psychosocial competence and its measurement. *Journal of Pediatric Psychology*, 6, 145-154.
- Monte, F. C. M. (2012). Valores Humanos, Julgamento Moral, Empatia e Atos Infracionais cometidos por adolescentes. 159 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

- Morin, A. (1993). Self-talk and Self-awareness: On the Nature of the Relation. *The Journal of Mind and Behavior*, 14(3), 223-234.
- Morin, A. (2002). Self-awareness review Part 1: Do you “self-reflect” or “self-ruminate”? *Science & Consciousness Review*, 1. Recuperado em 6 de julho, 2005, de <http://www2.mtroyal.ab.ca/~amorin/Rumination.pdf>
- Morin, A. (2004). A Neurocognitive and Socioecological Model of Self Awareness. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, 130 (3), 197-222.
- Morin, A. (2005). Possible links between self-awareness and inner speech: Theoretical background, underlying mechanisms, and empirical evidence. *Journal of Consciousness Studies*, 12(4-5), 115–134.
- Morin, A. (2006). Levels of consciousness and self-awareness: A comparison and integration of various neurocognitive views. *Consciousness and Cognition*, 15, 358–371.
- Morin, A., Everett, J. (1990). Inner Speech as a mediator of Self-awareness, Self-consciousness, and Self-knowledge: An Hypothesis. *New ideas in Psychol*, 8(3), 337-356.
- Morin, A. & Everett, J. (1991). Self-awareness and "introspective" private speech in 6-year-old children. *Psychological Reports*, 68, 1299-1306.
- Nascimento, A. M. (2008). Autoconsciência Situacional, Imagens Mentais, Religiosidade e Estados Incomuns da Consciência: um estudo sociocognitivo. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE
- Nascimento, A. M. (2013). Tarefa de Autoconsciência Fenomenal – Formas A, B e C: Investigação de sua fidedignidade e validade. Manuscrito em preparação, a ser publicado em *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Circulação restrita ao LACCOS/UFPE.
- Nascimento, A. M., & Roazzi, A. (2013). Autoconsciência, Imagens Mentais e Mediação Cognitiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 493-505.
- Pavarino, M. G.; Del Prette, A.; Del Prette, Z. A. P. (2005). Agressividade e empatia infância: um estudo correlacional com pré-escolares. *Interação em Psicologia*, 9(2) 215-225.
- Pavey, L., Greitemeyer, T., & Sparks, P. (2012). 'I help because I want to, not because you tell me to': Empathy increases autonomously motivated helping. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38, 681-689.
- Pérez-Albéniz, A., De Paúl, J., Etxeberria, J., Paz Montes, M., & Torres, E. (2003). Adaptación de Interpersonal reactivity Index (IRI) al español. *Psicothema*, 15(2), 267-272.
- Phillips, A. G., & Silvia, P. J. (2005). Self-Awareness and the Emotional Consequences of Self-Discrepancies. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31, 703-713. Doi: 10.1177/0146167204271559.
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança* (E. Lenardon, Trad.). São Paulo, SP: Summus. (Original publicado em 1932).
- Rasoal, C., Eklund, J., & Hansen, E. (2011). Toward conceptualization of ethnocultural empathy. *Journal of Social, Evolutionary, and Cultural Psychology*, 5, 1-13.

- Rieffe, C., Ketelaar, L., & Wiefferink, C. H. (2010). Assessing empathy in young children: Construction and validation of an Empathy Questionnaire (EmQue). *Personality and individual differences, 49*(5), 362-367.
- Roazzi, A. (1995). Categorização, formação de conceitos e processos de construção de mundo: Procedimento de classificações múltiplas para o estudo de sistemas conceituais e sua forma de análise através de métodos de análise multidimensionais. *Cadernos de Psicologia, 1*, 1-27
- Roazzi, A. & Dias, M.G.B.B (2001). Teoria das facetas e avaliação na pesquisa social transcultural: Explorações no estudo do juízo moral. Em conselho Regional de Psicologia – 13ª Região PB/RN (Ed.) A diversidade da avaliação psicológica: Considerações teóricas e práticas (pp.157-190). João Pessoa: Idéia.
- Rochat, P.(2003) Five levels of self-awareness as they unfold early in life. *Consciousness and Cognition, 12*, 717–731.
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ross, J., Anderson, J.R., & Campbell, R.N. (2011). Situational changes in Self-awareness influence 3- and 4-year-olds' self-regulation. *Journal of Experimental Child Psychology, 108*, 126-138.
- Rushton, J. P., Chrisjohn, R. D., & Fekken, G. C. (1981). The altruistic personality and the self-report altruism scale. *Personality and Individual Differences, 2*, 293–302.
- Sampaio, L. R. (2007). Produtividade, necessidade e empatia: relações entre julgamentos distributivos, consideração empática e tomada de perspectiva. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Sampaio, L. R., Guimarães, P. R. B., Camino, C. P. D. S., Formiga, N. S., & Menezes, I. G. (2011). Estudos sobre a dimensionalidade da empatia: tradução e adaptação do Interpersonal Reactivity Index (IRI). *Psico, 42*(1)
- Sampaio, L. R.; Monte, F. C.; Camino, P. S. C.; Roazzi, A. (2008). Justiça Distributiva e Empatia em adolescentes do interior do nordeste brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 21*(2), 275-282.
- Sedikides, C., & Skowronski, J. J. (1997). The Symbolic Self in Evolutionary Context. *Personality and Social Psychology Review, 1*(1), 80-102.
- Scheier, M. F., & Carver, C. S. (1985). The Self-Consciousness Scale: A revised version for use with general populations. *Journal of Applied Social Psychology, 15*, 687-699.
- Shamay-Tsoory, S. G. (2011). The neural bases for empathy. *The Neuroscientist, 17*(1), 18-24.)
- Silvia, P. J., & O'Brien, M. E. (2004). Self-Awareness And Constructive Functioning: Revisiting “The Human Dilemma”. *Journal of Social and Clinical Psychology, 23* (4), 475-489.
- Siu, A. M. H., & Shek, D.T. L. (2005). Validation of the interpersonal reactivity index in a Chinese context. *Research on Social Work Practice, 15*(2), 118-126.
- Smith, C., Blake, P. R., & Harris, P. L. (2013). I should but I won't: Why young children endorse norms of fair sharing but do not follow them. *PloS One, 8*, e59510. <http://dx.doi.org/10.1371/annotation/4b9340db-455b-4e0d-86e5-b6783747111f>.

- Strayer, J. (1987) Picture-story indices of empathy. Em Nancy Eisenberg, ; Janet Strayer, J. Empathy and its development. (pp. 351-355) New York: Cambridge University Press.
- Sze, J. A., Gyurak, A., Goodkind, M. S., & Levenson, R. W. (2011). Greater Emotional Empathy and Prosocial Behaviour in Late Life. *American Psychological Association*, 1129-1140.
- Trapnell, P.D., & Campbell, J.D. (1999). 'Private self-consciousness and the Five-Factor Model of personality: Distinguishing rumination from reflection', *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(2), 284-304.
- Ukegawa, S. (1995). Empathy and altruistic behavior among preschoolers an attempt to measure empathy of children based on teacher's report. Dissertação de Mestrado. Hokkaido University, Sapporo, Japão.
- Vallacher, R. R.. & Solodky, M. (1979). Objective Self-Awareness, Standards of Evaluation, and Moral Behavior. *Journal of Experimental Social Psychology*, 15, 254-262.
- Yarrow, M.R., Waxler, C.Z., Barrett, D., Darby, J., King, R., Pickett, M & Smith, J. (1976). Dimensions and Correlates of Prosocial Behavior in Young Children. *Child Development*, 47(1), 118-125.
- Wang, Y., Davidson, M. M., Yakushko, O.F., Bielstein, H. B., Tan, J. A., & Bleier, J.K. (2003). The scale of ethnocultural empathy: Development, validation, and reliability. *Journal of Counseling Psychology*, 50(2), 221-234.
- Warneken, F., & Tomasello, M. (2006). Altruistic Helping in Human Infants and Young Chimpanzees. *Science*, 311, 1301-1303.
- Wiekens, C. J., & Stapel, D. A. (2008). The Mirror and I: When private opinions are in conflict with public norms. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44, 1160-1166.
- Willians, A., O'Driscoll, K., & Morre, C. (2014). The influence of empathic concern on prosocial behavior in children. *Frontiers in Psychology | Developmental Psychology*, 5, 1-8. <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2014.00425>.
- Wispé, L. (1986). The distinction between sympathy and empathy: To call forth a concept, a word is needed. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(2), 314-321.
- Xu, H., Bègue, L., & Bushman, B. J. (2012). Too fatigued to care: ego depletion, guilt, and prósocial behavior. *Journal of Experimental Social Psychology*, 48, 1183-118
- Zanon, C., & Teixeira, M. A. P. (2006). Adaptação do Questionário de Ruminação e Reflexão (QRR) para estudantes universitários brasileiros. *Interação em Psicologia*, 10(1), 75-82.

ANEXOS

Anexo A- TAREFA DE AUTOCONSCIÊNCIA FENOMENAL – FORMA C (USO EM CRIANÇAS)

A Tarefa de Autoconsciência Fenomenal visa eliciar um estado de autoconsciência fenomenal em crianças, propiciando um autorelato a partir de pergunta indutora, cujas respostas podem ser quantificadas e tipificadas em termos de autofoco público e autofoco privado.

Aparato experimental:

- Fita adesiva larga e colorida (01 rolo)
- Mesa e cadeira da altura da criança
- Espelho pequeno oval, que possa ser fixado em mesa, que capture apenas a face da criança (não pode ser de tamanho a permitir o espelhamento de tronco e outras partes do corpo da criança; deve ser um pouco maior que seu rosto de modo a funcionar como uma moldura em torno da imagem refletida).
- Espelho em formato retangular, grande, cerca de um metro e meio, que possa ser fixo na parede, ou colocado na vertical em ângulo perfeito de 90^o. (noventa graus) Posição esperada:
- Gravador digital
- Cronômetro

Procedimento

O experimentador pede a criança que se olhe no 1º espelho durante 30s (trinta segundos) em silêncio, e com a recomendação de que realmente preste atenção a si mesmo e à sua imagem no espelho durante este tempo.

Após os 30s iniciais, o experimentador calmamente conduz a criança na direção do 2º espelho e repete a instrução de que a criança se observe atentamente no espelho e que preste atenção à sua imagem refletida.

O procedimento finaliza com o experimentador solicitando à criança que responda a uma questão indutora sobre seu estado autoconsciente, relato este que é audiogravado sem interrupções pelo experimentador. Cabe apenas uma leve sugestão ao final de que a criança acrescente algo que queira ou que tenha esquecido ao seu relato. Após este segundo momento de complementação o experimentador agradece e dá por encerrada a Tarefa de Autoconsciência Fenomenal.

Orientações Gerais:

-Os espelhos devem ser aleatorizados, metade da amostra começando o trabalho experimental com um dos espelhos e metade começando com o espelho restante.

-O espelho pequeno deve ser fixo à mesa em que a criança trabalhará e deve estar à meio metro dela, mais ou menos. A idéia é que ela possa se debruçar, mas não tocar no espelho, a criança deve se auto-observar sem manipular o espelho, sem mudar o ângulo de autovisualização, a imagem refletida deve ser a de seu rosto, e nada mais. A mesa deve ser marcada para informar a criança que ela não deve ultrapassar a marca feita com a fita adesiva colorida.

- O espelho grande, deve ser colocado em pé, fixo na parede ou em um suporte, numa distância de 1,5m (um metro e meio) da criança, mais ou menos, ou seja, a idéia é que o espelho permita a visualização do corpo inteiro completo ou semi-completo da criança, e não apenas a parte superior do rosto e pescoço. A distância a não ser ultrapassada pela criança deve ser informada à mesma através de marca feita com fita adesiva colorida no chão, em frente e em linha paralela ao espelho. Obs. A posição do espelho deve ser a dos lados maiores na vertical e os lados menores na horizontal, conforme figura acima.

- Após os dois momentos de auto-observação no espelho, o experimentador conduz a criança a sentar-se (no caso de ela estar em pé) e retirando os espelhos do campo visual da criança (ou os cobrindo), dá a mesma a seguinte instrução, a qual deve ser lida pelo experimentador (e não memorizada ou parafraseada):

“Fulano (nome da criança), do outro lado da cidade existe uma escola bem parecida com a sua e as crianças que estudam lá estão com muita vontade de conhecer e fazer amizade com as crianças daqui. Se elas estivessem aqui agora e perguntassem sobre quem é você, o que você diria a elas e a mim sobre você para que nós pudéssemos te conhecer melhor? Quem é Fulano (nome da criança)?” Obs. Deixar a criança dizer quem ela é, experimentador deve ficar em silêncio. Após o término do autorelato, o experimentador deve solicitar um completamento do autorelato com a instrução a seguir:

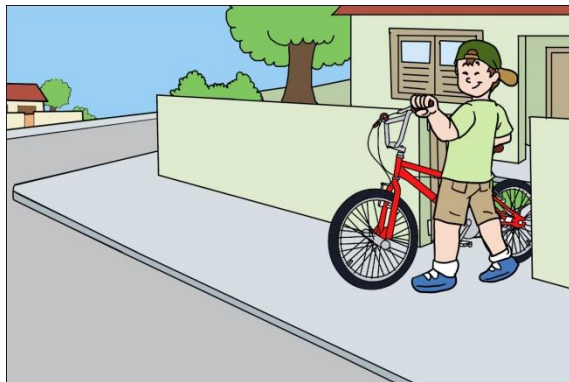
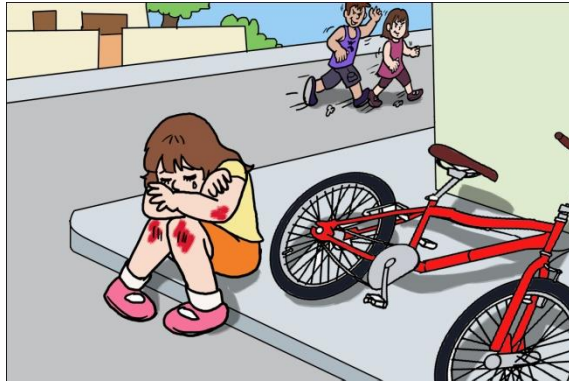
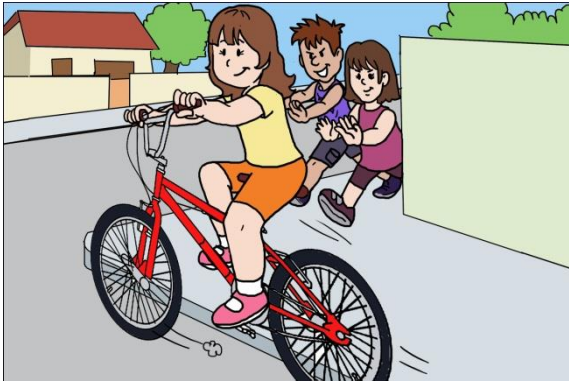
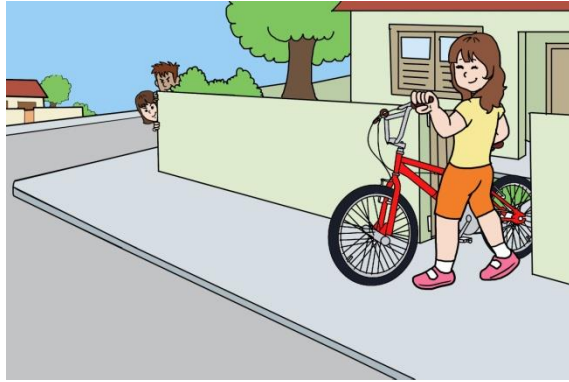
“Fulano (nome da criança), você disse tudo que veio à sua cabeça agora sobre quem é você? Você pode dizer mais coisas sobre você se quiser, para que eu e as crianças da outra escola possamos te conhecer melhor.” (relato livre da criança, após isso, encerra-se o procedimento)

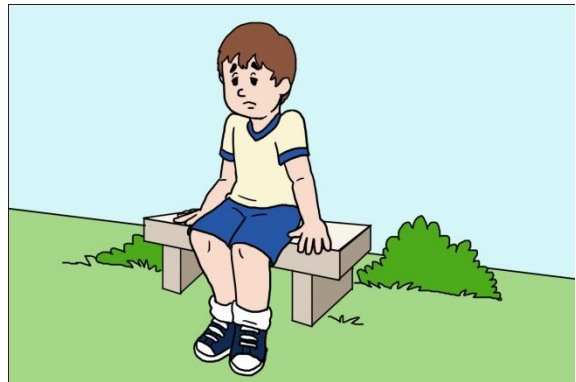
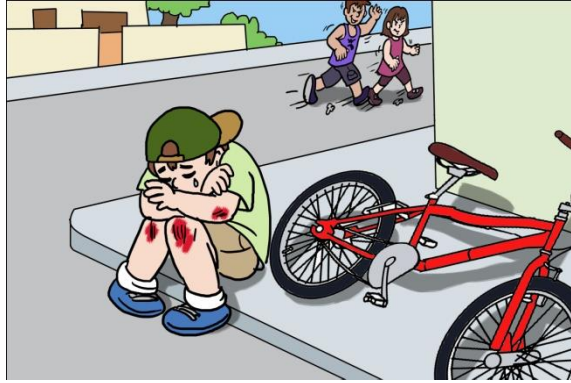
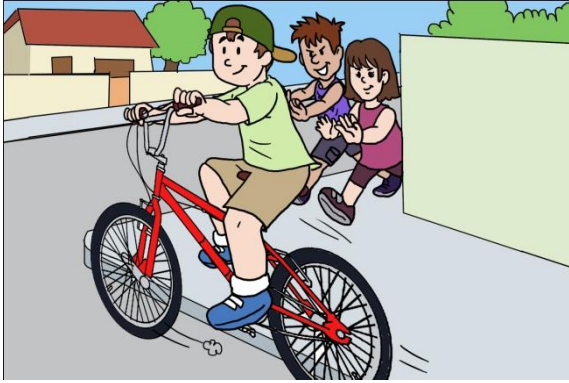
-Manejo dos dados: os áudios devem ser totalmente transcritos e digitados compondo um *corpus* do estado autoconsciente durante a Tarefa de Autoconsciência Fenomenal. Obs. O *corpus* deve conter a informação de quanto tempo a criança levou para executar cada um dos relatos livres (relato inicial e relato de complementação).

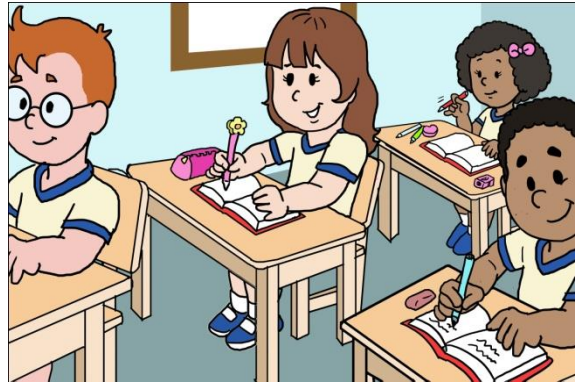
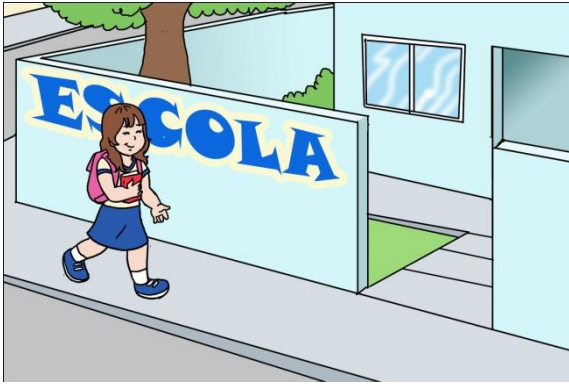
-Sistema de escoreamento: a partir da análise de conteúdo fenomenal deve-se encontrar no transcrito cada auto-afirmação da criança sobre auto-aspectos públicos e privados, segundo o seguinte sistema de pontuação:

- 1 (um) ponto para cada auto-afirmação relacionada a auto-aspecto público (aparência, comportamento, gestualidade, expressão: self público)
- 1 (um) ponto para cada auto-afirmação relacionada a auto-aspecto privado (pensamentos, sentimentos, motivos, intenções, crenças, etc.: self privado)
- 0 (zero) ponto para quaisquer outras auto-afirmações não relacionada a auto-aspectos público e/ou privado.

Anexo B- FIGURAS UTILIZADAS NA TAREFA DE EMPATIA







Anexo C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS - Resolução 466/12)**

Solicitamos a sua autorização para convidar o (a) seu/sua filho (a) {ou menor que está sob sua responsabilidade} para participar, como voluntário (a), da pesquisa Autoconsciência, Comportamento Pró-social e Empatia na infância. Esta pesquisa é da responsabilidade do (a) pesquisador (a) Michelle França Dourado Neto Pires, Rua Dona Maria Lacerda, 140, Bairro Várzea, 50.741-010, Telefone: 9521-7630/30345223 Inclusive para ligações a cobrar/ e-mail chelle_fd@hotmail.com e está sob a orientação de: Alexsandro Medeiros do Nascimento Telefone: 9240-0722, e-mail alexmeden@hotmail.com.

Este documento se chama Termo de Consentimento e pode conter alguns tópicos que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa a quem está lhe solicitando, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido(a) sobre tudo que será feito. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar que o (a) menor faça parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa nem o (a) Sr.(a) nem o/a voluntário/a que está sob sua responsabilidade serão penalizados (as) de forma alguma. O (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da participação do (a) menor a qualquer tempo, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa tem o objetivo de verificar as relações entre Autoconsciência, Comportamento Pró-social e Empatia em Crianças entre 4 a 9 anos. A coleta de dados será realizada na própria escola onde a criança estuda, será realizada em uma única sessão na qual a criança resolverá três tarefas lúdicas. As sessões serão gravadas, com a utilização do gravador de voz. A criança participará uma única vez e poderá ter algum desconforto ou constrangimento durante a realização da pesquisa, no entanto, a pesquisadora buscará amenizar tal constrangimento, desenvolvendo um bom relacionamento com a criança (Rapport) e esclarecendo todas as dúvidas e dificuldades que vierem a ocorrer. Por outro lado, poderá colaborar com o conhecimento científico, e poderá adquirir alguns conhecimentos sobre os temas Autocoscniência, Comportamento Pró-social e Empatia.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação do/a voluntário (a). Os dados coletados nesta pesquisa, serão gravados, com a utilização do gravador de voz, e ficarão armazenados em pastas de, sob a responsabilidade do pesquisador no endereço acima informado, pelo período de 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para ele/ela participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento com transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação do voluntário/a na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (**Avenida da Engenharia s/n – Prédio do CCS - 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepcs@ufpe.br**).

Assinatura do pesquisador (a)

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO/A VOLUNTÁRIO

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, responsável por _____, autorizo a sua participação no estudo Autoconsciência, Comportamento Pró-Social e Empatia na infância, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele (a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade para mim ou para o (a) menor em questão.

Local e data _____

Assinatura do (da) responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Impressão
Digital
(opcional)

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura: